DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676
R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXIV • Nº 7457 • SÃO PAULO, QUARTA-FEIRA 18 DE AGOSTO DE 2021 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Monitor da FGV aponta recuo do PIB de 0,3% no 2ª trimestre

O Monitor do PIB da FGV divulgado ontem, 17, aponta que o PIB brasileiro recuou 0,3% no segundo trimestre deste ano, pela série com ajuste sazonal, ante ao trimestre anterior. Na comparação ao segundo trimestre de 2020, houve alta de 12,1%, devido à base de comparação baixa no passado, em razão do isolamento social. Em junho, o Monitor apontou alta de 1,2% no PIB na comparação a maio, com ajuste sazonal. Em relação a junho de 2020, houve avanço de 10,1% da atividade econômica. O consumo das famílias contribuiu positivamente para o PIB do segundo trimestre, frente ao primeiro. Esse componente da demanda cresceu 0,8% pelos cálculos da FGV. O período foi marcado, contudo, por forte queda da formação bruta de capital fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB), que recuou 2,2% frente aos três meses anteriores, com ajuste sazonal. *Pág. 07*

(Foto: Estadão)

De acordo com o depoente, o documento foi compartilhado com auditores do TCU em 31 de maio.

Dados da covid usados por Bolsonaro foram adulterados, diz auditor do TCU

O documento usado pelo presidente Bolsonaro para acusar o superdimensionamento dos registros de mortes por covid no País teve os dados adulterados, segundo revelou ontem, 17, na CPI o auditor do TCU Alexandre Marques, que admitiu que produziu o documento levantando um questionamento sobre o registro de mortes no País, mas reconheceu que o relatório não era oficial da corte de contas. Ele afirmou que produziu o documento no formato Word e sem qualquer inscrição oficial do tribunal. Aos senadores, disse que seu pai, Ricardo Silva Marques, foi quem encaminhou o levantamento a Bolsonaro. De acordo com o depoente, o documento foi compartilhado com auditores do TCU em 31 de maio e enviado ao pai em 6 de junho, um dia antes de Bolsonaro citar o relatório paralelo. *Pág. 03*

Bolsonaro reafirma intenção de pedir impeachment de Barroso e Moraes

Em entrevista à Rádio Capital Notícia, de Cuiabá, na manhã de ontem, 17, Bolsonaro voltou a pedir o impeachment no Senado contra o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, e o ministro do STF Alexandre de Moraes. O presidente afirmou ainda que, nesta semana, terá "novidades" dentro das quatro linhas da Constituição, sem dar mais detalhes do que quis dizer. *Pág. 03*

Heleno diz que intervenção das Forças é constitucional e pode ser usada

Em entrevista à Rádio Jovem Pan, o chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Augusto Heleno, afirmou que a possibilidade de uma intervenção das Forças Armadas no País existe no texto constitucional e pode ser usada. Para ele, no clima tenso entre os Poderes não é aconselhável e é necessário ter a preocupação para que não se cometa excessos. *Pág. 03*

EUA prometem retirar de Cabul milhares de afegãos em risco

O vice-conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jon Finer, disse ontem, 17, que mais forças chegarão a Cabul para proteger o aeroporto da cidade. O oficial de defesa disse que os Estados Unidos pretendem tirar do Afeganistão dezenas de milhares de afegãos em risco que trabalharam para o governo dos EUA e irão abrigá-los temporariamente em Fort McCoy, em Wisconsin, e Fort Bliss, no Texas. *Pág. 09*

IGP-10 avança 1,18% em agosto e acumula alta de 32,84% em 12 meses

(Foto: EBC)

Alta dos alimentos também contribuiu para elevar a inflação.

Após ter aumentado 0,18% em julho, o Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) avançou 1,18% em agosto, informou ontem, 17, a Fundação FGV, o que elevou o acumulado do indicador no ano para 16,88% no ano. A taxa em 12 meses ficou em 32,84%. As altas nos preços da energia elétrica, gasolina e alimentos pressionaram a inflação ao consumidor. *Pág. 07*

Até 31 de agosto, Caixa distribuirá R$ 8,1 bilhões em lucros do FGTS

Os trabalhadores com contas vinculadas ao FGTS receberão R$ 8,129 bilhões como parte dos lucros distribuídos pela Caixa Econômica Federal. Os recursos correspondem a 96% do lucro líquido de R$ 8,467 bilhões do fundo em 2020. Essa distribuição oferecerá ao trabalhador um ganho real de 0,4%, diante de uma inflação de 4,52% em 2020. *Pág. 07*

PL da reforma do IR pode causar insolvência dos Estados, diz Comsefaz

Em nova carta aberta divulgada ontem, 17, o Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) pediu aos deputados que rejeitassem o projeto da reforma do Imposto de Renda na votação que estava marcada para ontem. Segundo os Estados, o projeto causará perda "inadmissível" de receitas que levará os governos regionais à insolvência fiscal. *Pág. 07*

Pacheco pede estabilidade entre Poderes e fim das divergências

(Foto: EBC)

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), voltou ontem, 17, a pedir estabilidade entre os Poderes, diante do cenário de atritos entre Bolsonaro e os ministros do STF. A adoção do voto impresso - pivô do mais recente embate entre o Palácio do Planalto e o STF - foi avaliada como "superada" por Pacheco no evento do Santander Brasil. *Pág. 08*

Avaliação do governo Bolsonaro tem recorde de ruim ou péssimo

Pesquisa da XP Investimentos em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), divulgada ontem, 17, mostra que 54% dos brasileiros avaliam o governo Bolsonaro como ruim ou péssimo - maior índice registrado desde o início do mandato -, e 23% como bom ou ótimo – também menor índice de aprovação da gestão Bolsonaro. *Pág. 03*

ECONOMIA

COMPONENTES (%)

Período	IPA*	IPC**	INCC***
Jul/21	-0,07	0,70	1,37
Ago/21	**1,29**	**0,88**	**0,79**

(*) Índice de Preços por Atacado
(**) Índice de Preços ao Consumidor
(***) Índice Nacional de Custo da Construção

FONTE FGV

® INFOGRAFFO

Cúpula da Administração Penitenciária do Rio é presa em operação da PF

Durante a Operação Simonia desencadeada ontem, 17, a PF prendeu a cúpula administrativa da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) do Estado do Rio, incluindo o chefe da pasta, Raphael Montenegro, o subsecretário Wellington Nunes da Silva e o superintendente Sandro Farias Gimenes. A operação investiga negociações espúrias entre a cúpula da Seap do Rio e líderes "de facção criminosa com atuação internacional no tráfico de drogas". *Pág. 08*

Cientistas veem China com papel central e não creem em Talibã moderado

Pág. 09

Biden admite que crise no Afeganistão estourou antes do previsto

Pág. 09

Mácron anuncia plano europeu para receber imigrantes do Afeganistão

Pág. 09

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,96%
IGP-M (FGV) - mês	0,78%
IPC (FIPE) - mês	1,02%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4305%
Ibovespa (pontos)	120.700
Poupança (mês)	0,24%
CDB pré 30 dias - ano	5,09%
CDB pré 90 dias - ano	5,69%
CDI acumulado - mês	0,15%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R$ 5,2560/R$ 5,2560
Dolar turismo	R$ 5,2370/R$ 5,4200
Euro turismo	R$ 6,1660/R$ 6,1680

OPINIÃO

Crise hídrica é só o começo

**Mario Eugenio Saturno*

Os senadores, deputados federais e estaduais e vereadores tiveram uma grande oportunidade de salvar o Brasil da crise hídrica grave que vivemos hoje. Novas crises virão e que serão, na média, piores a cada ano. Se já temos problemas de água para gerar energia elétrica, teremos escassez de água para beber.

Em março de 2007, eu escrevia o artigo "Verdade inconveniente e urgente" em que aproveitava o grande sucesso do documentário do Al Gore para denunciar a participação brasileira no aumento da quantidade de gás carbônico, especialmente a queimada de biomas brasileiros. Eu ainda mostrava as consequências nefastas da devastação da Floresta Amazônica.

Já naquela época, os cientistas do INPE deixavam muito claro que o desmatamento acelerado causaria um grande impacto para o clima de toda a América do Sul, não somente para a própria Amazônia, mas para o Centro- Oeste e Sudeste do Brasil que se tornariam um grande deserto. Não exatamente um deserto do tipo do Saara, mas do tipo savana. Isso porque grande parte das chuvas de São Paulo e Brasília é devido à umidade que vem da Amazônia por um processo chamado de evapotranspiração, ou seja as árvores grandes e centenárias retiram água do subsolo amazônico através de suas raízes de até 18 metros de profundidades e umedecem o ar pela transpiração das folhas. Nem se falava em rios aéreos ainda. Sem floresta centenária do Amazonas, sem umidade e sem chuvas no Sudeste. O mais triste é queimar árvores centenárias inutilmente, nem para gerar energia. Um crime imensurável ao patrimônio nacional.

Há exatos dez anos, eu escrevia o artigo "Deserto mineiro" em que mostrava um estudo feito pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste, que estimava que um terço de Minas Gerais viraria um deserto em 20 anos, se continuasse a agressão ao meio ambiente. Em detalhes, além do aquecimento global, o desmatamento, a monocultura e a pecuária intensiva empobreceram o solo de 142 municípios daquele Estado, impactando um quinto da população mineira.

É claro que a seca deste ano tem como causa principal o fenômeno natural La Niña, que é causado pelo resfriamento das águas superficiais do Pacífico Equatorial, na região da costa do Peru. Quando as águas estão mais frias do que o normal, geram uma alteração na circulação de ventos e umidade. Na região Centro-Sul do Brasil, a tendência é de estiagem.

Cabe lembrar que se replantarmos a floresta amazônica, ainda assim vai demorar mais de cem anos para recuperar o efeito do rio aéreo que tínhamos décadas atrás. Será que agora senadores e deputados entenderão que precisam salvar a Amazônia e os outros biomas brasileiros? Cada dia conta.

Os deputados estaduais e vereadores também precisam agir para salvar as nascentes de águas e criar leis que identifiquem e protejam essas nascentes e ainda que incentivem o uso das águas das chuvas, cujas enchentes mostram o quanto de água gratuita é desperdiçada e que causam destruição. E água que deveria ser coletada na propriedade e ser infiltrada no solo para reposição dos aquíferos.

**Mario Eugenio Saturno (cientecfan.blogspot. com) é Tecnologista Sênior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e congregado mariano.*

ARTIGO

O Brasil que queremos e precisamos

**Por Luiz Carlos Motta*

Dois pontos vivenciados hoje no Brasil provocam em mim certa inquietação, acompanhada por forte indignação. São eles o Brasil real e o Brasil fora da realidade. A realidade em nosso País atualmente escancara um drama de crise sanitária e as suas nefastas consequências com mais de 560 mil mortos vítimas da Covid-19, 15 milhões de desempregados, 19 milhões de famintos e descontrole inflacionário, com elevadas altas no custo de vida, onde se vê o retorno de pessoas cozinhando a lenha por não terem dinheiro para comprar o caro botijão de gás. Crescem a minha inquietação e a minha indignação ao testemunhar famílias indo para a situação de rua por falta de salário para pagar o aluguel e quando ouço dos setores patronais o fechamento de mais de 800 mil empresas.

Grandeza humanitária

Esta dura realidade tem de ganhar as nossas mentes e os nossos corações na tentativa de tornarmos mais humanas as nossas condutas e as nossas relações. O Brasil clama por gestos de grandeza humanitária e não de poderio político, partidário e até mesmo bélico; apresentações e demonstrações de força que, no presente, não contribuem em nada para a melhoria da vida dos brasileiros e das brasileiras.

Retrocesso

A saudável vida constitucional e democrática em nosso País exige respeito ao próximo como, por exemplo, com a adoção de políticas públicas que melhorem a vida das pessoas.

É temeroso vivenciar uma Nação imaginária que deixa se sobrepor ao bem-estar da população, principalmente a mais carente, ao dar prioridades à questões político-partidárias, como a polêmica e desnecessária questão do voto impresso, diante de um desenfreado retrocesso social, agravado pela pandemia.

Dignidade

A responsabilidade do Congresso Nacional em reverter este estado de coisas é ampla e decisiva. Aos senadores e a nós, deputados federais, foram conferidos os votos que devem significar mandatos voltados à promoção do bem comum. Este é o princípio da minha legislatura na Câmara Federal. O Brasil real pede saúde, com vacinação contra a Covid-19 em larga escala, empregos, comida, moradia; enfim clamamos por vida digna a homens e mulheres, crianças e adolescentes. Vivo o verdadeiro Brasil e sou consciente das suas carências. Sei em qual País atuo diariamente na minha vida pública e luto para torná-lo melhor. Ou seja, uma Nação que garanta dignidade ao seu povo e saiba eleger prioridades, sem inquietações e tampouco indignações!

**Luiz Carlos Motta - é presidente da Fecomerciários, da CNTC e Deputado Federal (PL/SP)*

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ARTIGO

O skate foi professor!

O esporte caçula dos Jogos Olímpicos deu lições que podem ser aplicadas em qualquer atividade, esportiva e profissional

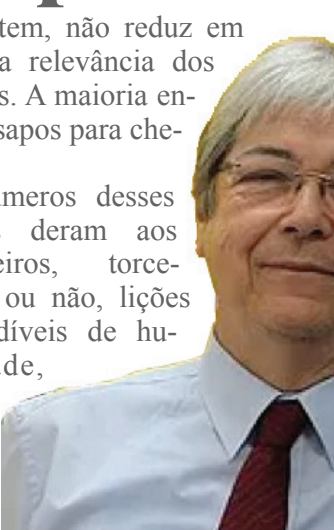
**João Fortunato*

Os Jogos Olímpicos de Tóquio ofereceram ao Brasil não apenas medalhas, que confirmaram a melhor participação do País na história do Jogos, mas, sobretudo, lições de vida que podem (e devem) ser aprendidas e praticadas por todos, sobretudo nesse período sensível (por causa da pandemia) e complexo (pelas incertezas políticas e econômicas) que o País atravessa. As lições que se devem aprender, cabe antecipar, não estão somente por trás das histórias dos atletas medalhados. "Os sem medalhas" têm muito a ensinar, pois nesses tempos pandêmicos vários atletas brasileiros, principalmente dos esportes menos conhecidos e praticados, foram obrigados a "se virar nos 30" para entrar na arena, materializar o seu sonho e representar dignamente o País. São heróis!

Em situações normais, convém lembrar, estes atletas convivem com apoio financeiro pequeno, condições de alimentação nem sempre adequadas e as de treinamento, não raro, precárias. Com a pandemia, o que já não era bom ficou ruim. Porém, esses atletas em momento algum pensaram em desistir. Pelo contrário, superaram todos os obstáculos aos quais estão acostumados, infelizmente, e foram à luta. Alguns literalmente, como é o caso dos atletas do boxe, judô, taekwondo e esgrima. Parte desses atletas foi coroada com medalhas, mas isso, acreditem, não reduz em nada a relevância dos demais. A maioria engoliu sapos para chegar lá!

Inúmeros desses atletas deram aos brasileiros, torcedores ou não, lições imperdíveis de humildade, resiliência, superação, solidariedade e alegria, mesmo quando a vitória ficou nas mãos do concorrente. Esses ensinamentos podem ser aplicados em todos os caminhos da vida profissional e pessoal.

Alguém já disse, com sabedoria, que o tropeço é professor, que o problema não é cair ou perder, que a solução ou vitória está em saber se levantar, equilibrar o corpo, erguer a cabeça, respirar fundo e seguir adiante. A maioria dos atletas brasileiros participa com chances remotas de medalhas. Eles sabem, porém, jamais se entregam, pois têm consciência de que a simples participação produz uma experiência inigualável, que lhes será útil em outras etapas do esporte e da vida. E isso vale para todos, qualquer que seja a atividade que exerçam.

Os analistas esportivos, bem como os dirigentes de federações, os populares cartolas, medem o êxito da participação do País nos jogos usando diferentes tipos de réguas, como deve ser. Contudo, para o público em geral, o termômetro oficial é o número de medalhas. É uma pena, porque assim se enxerga apenas parte e não o todo da participação do País. A imprensa tem responsabilidade nessa visão pública ligeiramente distorcida, pois também mede o êxito ou fracasso pelos números de ouro, prata e bronze faturados. Esta pressão por resultados, como expressa com clareza na desistência de Simone Biles, a melhor ginasta artística do mundo, afeta a saúde mental de todos. Atletas e, em igual forma, o trabalhador.

O skate, esporte que já foi execrado e proibido em alguns cantos, participou pela primeira vez dos Jogos Olímpicos e presenteou a todos com exibições que ficarão eternizadas. Não pelas cenas acrobáticas de meninos e meninas, que caiam, rolavam, se levantavam e voltavam ao centro da competição. Sem medo e sempre com alegria. O que chamou a atenção de muitos está além das habilidades acrobáticas. Foi o respeito, admiração e solidariedade entre todos os participantes, que vibravam, aplaudiam e estimulavam o adversário tanto no sucesso como no oposto em qualquer manobra. A concorrência é algo natural nas Olimpíadas, mas no skate foi posta de lado para dar espaço a alegria, celebrar a amizade e a diversão, por fazerem algo que amam. Bom seria se todos agissem como aqueles jovens, meninos e meninas, no caminhar da vida, pessoal e profissional. Por certo, a caminhada seria mais leve, alegre e tranquila.

**João Fortunato é jornalista, mestre em Comunicação e Cultura Midiática e professor universitário*

ARTIGO

Energia limpa para a recuperação econômica

**João Guilherme Sabino Ometto*

O risco de racionamento de eletricidade decorrente da falta de chuvas este ano, fator agravante da crise provocada pela Covid-19, alerta para a necessidade de ampliar a diversificação da matriz energética nacional, reduzindo a dependência das usinas hidrelétricas. Nesse sentido, é relevante a contribuição do setor sucroalcooleiro, cujas fontes têm grande potencial, são renováveis e apresentam baixos índices de emissão de carbono, com reconhecidos ganhos ambientais.

A bioeletricidade produzida a partir do bagaço e da palha da cana-de-açúcar, uma das vertentes da contribuição do setor, já representa 62% do total de 18,5 gigawatts (GW) da cogeração existente no País de capacidade instalada em operação comercial. Essa possibilidade viabilizou-se pela mecanização da colheita e do plantio, da qual resultaram níveis de sustentabilidade incomparáveis em todo o mundo e que incluiu a capacitação de profissionais para operar equipamentos com alto índice de tecnologia embarcada. O gás natural responde por 17% e o licor negro, 14%. Este é um fluido resultante do processo produtivo da indústria papeleira.

Outra fonte importante de eletricidade é o biogás, cujo potencial no Brasil é de 170.912 GWh (fonte: ABiogás), o maior do mundo. Em volume, 21,1 bilhões de normais metros cúbicos por hora (Nm^3/h) advém do segmento sucroenergético; 6,6 bilhões, de ramos distintos da produção agrícola; 14,2 bilhões, da pecuária; e 2,2 bilhões, do saneamento. Esse combustível, em sua versão purificada, compara-se, em termos energéticos, ao gás natural fóssil, com a vantagem de ser totalmente renovável e ter pegada negativa de carbono.

O etanol de cana-de-açúcar completa o aporte do setor à matriz energética nacional. De acordo com o primeiro levantamento da safra 2021/22 da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção será de 27 bilhões de litros. Embora haja uma redução de 9,1% em relação aos 29,7 bilhões referentes à temporada anterior, devido à queda da demanda atrelada às quarentenas e ao distanciamento social, o Brasil continua sendo o segundo maior produtor mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. Neste país, porém, a maior parte advém do milho, apresentando maior custo e menor índice energético.

Cabe lembrar que o etanol de cana-de-açúcar é praticamente neutro em emissões de carbono e renovável, além de gerar renda, empregos e ingresso de dólares resultantes da exportação. Somente no primeiro bimestre deste ano, na comparação com igual período de 2020, as vendas externas cresceram 50,9%, alcançando 343,31 milhões de litros, e a receita aumentou 22%, somando US$ 158,22 milhões (fonte: Secex/Ministério da Economia).

Apesar de todas as dificuldades inerentes à pandemia, o setor sucroalcooleiro fornece energia limpa para mover fábricas, iluminar cidades, abastecer o transporte e gerar divisas no comércio exterior. São combustíveis que contribuem para a retomada do crescimento e a recuperação da economia nacional.

**João Guilherme Sabino Ometto é engenheiro (Escola de Engenharia de São Carlos - EESC/USP), empresário e membro da Academia Nacional de Agricultura (ANA).*

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

Bolsonaro insiste em pedido de impeachment de Barroso e Moraes

O presidente Bolsonaro reafirmou ontem, 17, que vai entrar com um pedido de impeachment no Senado contra o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, e o ministro do STF, Alexandre de Moraes.

Apesar da mobilização de líderes do Centrão e aliados do governo de tentar demover o presidente da ideia, Bolsonaro confirmou que vai entregar o pedido ao Congresso.

O presidente afirmou ainda que, nesta semana, terá "novidades" dentro das quatro linhas da Constituição, sem dar mais detalhes do que quis dizer.

"Está com o Senado agora. Não vou agora tentar cooptar senadores de uma forma ou de outra oferecendo alguma coisa para eles votarem o impeachment deles", declarou em entrevista à Rádio Capital Notícia, de Cuiabá, na manhã de ontem, 17.

O presidente criticou Alexandre de Moraes por tê-lo incluído como investigado no inquérito das fake news. Na avaliação do chefe do Executivo, a investigação é "o absurdo dos absurdos" e o ministro o está julgando de forma isolada.

(Foto: EBC)

Bolsonaro confirmou que vai entregar o pedido ao Congresso.

"Não pode um ministro do Supremo, no caso o Alexandre de Moraes, ele mesmo abre o inquérito, ele investiga, ele julga e ele prende. Não tem nem a participação do Ministério Público, nada", reclamou o presidente. "Vai fazer diligência? Vai fazer uma busca e apreensão na minha casa? Vai me (sic) sancionar nas mídias sociais por caso? Será que ele vai chegar a esse ponto?", afirmou.

Para Bolsonaro, Moraes "está fazendo barbaridade", assim como o corregedor do TSE, Luis Felipe Salomão, que suspendeu a monetização de canais que propagam mentiras sobre o sistema eleitoral.

Apesar das críticas a Moraes e as recentes trocas de farpas com o presidente da corte eleitoral, Luís Roberto Barroso, o presidente negou que ataque todos os magistrados do STF.

Em evento, Pacheco pede estabilidade entre os Poderes

(Foto: Senado)

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Em meio às rusgas entre o presidente Jair Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), voltou a pedir estabilidade entre os Poderes para que se possa discutir o crescimento do País. Para ele, as "divergências" precisam ser dirimidas com os mecanismos da democracia, sem risco de ruptura institucional.

"No Congresso Nacional, tenho buscado não cessar o diálogo e dar às divergências entre instituições o trato democrático. Sacrificar preceitos institucionais seria intolerável", afirmou Pacheco nesta terça-feira em evento virtual promovido pelo Santander Brasil. "Nosso trabalho é buscar não acirrar, não jogar lenha na fogueira, mas aparar arestas".

Na segunda-feira, 16, Pacheco já tinha se posicionado a favor da harmonia entre os Poderes, dessa vez nas redes sociais, assim como fez o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). "Fechar portas, derrubar pontes, exercer arbitrariamente suas próprias razões são um desserviço ao País", publicou o presidente do Senado.

Voto impresso - Ainda sobre a estabilidade nacional, a adoção do voto impresso - pivô do mais recente embate entre o Palácio do Planalto e o STF - foi avaliada como "superada" por Pacheco no evento do Santander Brasil, já que a Proposta de Emenda à Constituição que propunha a mudança foi derrotada na Câmara. "Reitero confiança na Justiça Eleitoral, capaz de nos dar processo eleitoral honesto", acrescentou Pacheco, reafirmando do seu distanciamento da posição de Bolsonaro. O chefe do Executivo afirma, sem mostrar provas, que o processo eleitoral brasileiro é fraudulento.

Bolsonaro sobre tratamento precoce: 'não sou charlatão, só dei uma alternativa'

Após a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) decidir propor o indiciamento do presidente Jair Bolsonaro pelo crime de charlatanismo por incentivo ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada contra a covid-19, o mandatário negou as acusações da comissão. "Não sou charlatão nem curandeiro, só dei uma alternativa", afirmou o presidente.

Em entrevista à Rádio Capital Notícia - Cuiabá/MT, na manhã desta terça-feira, 17, Bolsonaro negou que tenha buscado sozinho outras alternativas de tratamento para a doença, mas que teve o apoio de equipes médicas para orientá-lo. "Por que essa onda toda contra o tratamento precoce?", questionou o presidente "Será que é um grande negócio para a indústria farmacêutica para comprar vacina?", emendou.

Em críticas a um dos seus rivais políticos, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), o chefe do Executivo disse que "ninguém tem coragem de falar", mas que "gente que tomou as duas doses (da Coronavac), foi infectado e está morrendo". "Por que está morrendo? Porque acreditou nas palavras do governador de São Paulo de dizer que quem tomar as duas doses da Coronavac e for infectado jamais morrerá".

Bolsonaro pediu para que a população procure médicos e, se os profissionais recomendarem tratamento precoce, "faça, mesmo sem ter sido vacinado duas vezes". "Se você esperar, ir para casa, mesmo vacinado, esperar até sentir falta de ar para voltar ao hospital, o que eu chamo de 'Protocolo Mandetta', pode ser tarde demais", pontuou.

Segundo o presidente, assim como páginas que defendem o tratamento precoce estão saindo do ar, páginas que contestam a inviolabilidade das urnas eletrônicas também estão sendo derrubadas, em referência à decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de desmonetizar canais de fake news. Na avaliação de Bolsonaro, "é hipocrisia, pouca gente tem coragem de falar a verdade". "Nós temos que resistir, não podemos aceitar ditadura no Brasil", declarou.

CPI: arquivo sobre mortes não era documento do TCU, diz Alexandre Marques

O auditor do Tribunal de Contas da União (TCU) Alexandre Marques afirmou, em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, que o documento apontando uma suposta subnotificação de mortes por covid-19 no Brasil foi apenas interno e não teve validade oficial na Corte de Contas.

O documento foi usado pelo presidente Jair Bolsonaro no início de junho para questionar o número de óbitos pelo novo coronavírus no País e foi desmentido em seguida pelo próprio tribunal. Aos senadores, o auditor confirmou nesta terça-feira, 17, a autoria do conteúdo e disse que seu pai, Ricardo Silva Marques, foi quem encaminhou o levantamento ao presidente Jair Bolsonaro.

O pai de Alexandre Marques é o coronel da reserva do Exército Ricardo Silva Marques, que foi colega de Bolsonaro na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) e ocupa um cargo de gerente da Petrobras. "Em nenhum momento passou pela minha cabeça que ele compartilharia o arquivo com quem quer que fosse", disse o auditor na CPI, que negou ter recebido qualquer vantagem para produzir o documento.

De acordo com Marques, ele realizou uma pesquisa na internet e verificou que as declarações de óbito poderiam gerar inconsistências nas notificações, informação negada pelo próprio ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, na comissão do Senado. O auditor afirmou que compartilhou um documento para discussão interna com auditores do tribunal no dia 31 de maio, mas não protocolou nenhuma informação no sistema oficial de processos do TCU.

"Não afirmei que houve subnotificação, apenas compilei informações para promover um debate junto à equipe da auditoria", afirmou o auditor. "Não era um relatório, era simplesmente um arquivo do Word sem nenhuma oficialidade." Ainda de acordo com ele, a equipe técnica do TCU deu assunto como encerrado e concluiu que seria impossível um "conluio" para subnotificação das mortes por covid-19.

Auditor do TCU indica na CPI que documento usado por Bolsonaro foi adulterado

O auditor do TCU Alexandre Marques indicou que um documento produzido por ele com dados sobre as mortes por covid-19 foi adulterado antes de ser usado pelo presidente Bolsonaro para questionar o número de óbitos pelo novo coronavírus no Brasil.

Em depoimento à CPI da Covid ontem, 17, o auditor admitiu que produziu o documento levantando um questionamento sobre o registro de mortes no País, mas reconheceu que o relatório não era oficial da corte de contas.

Bolsonaro usou o levantamento paralelo no início de junho para apontar uma suposta subnotificação nos dados atribuindo a autoria ao TCU, alegação desmentida pelo próprio tribunal. Após a declaração de Bolsonaro, uma versão do documento circulou no formato PDF e com selo do TCU.

O auditor, no entanto, afirmou que produziu o levantamento no formato Word e sem qualquer inscrição oficial do tribunal. Aos senadores, o auditor disse que seu pai, Ricardo Silva Marques, foi quem encaminhou o levantamento a Bolsonaro.

Alexandre Marques negou que a alteração tenha sido feita pelo pai e disse não saber sobre a origem da adulteração. "Isso realmente eu não tenho como responder, porque, a partir do momento em que o arquivo cai na mão de outras pessoas.... hoje em dia a internet tudo viraliza, né? tudo é compartilhado rapidamente, então não tem como eu presumir a autoria de ninguém dessa alteração", declarou.

Se intervenção das Forças está na Constituição, ela pode ser usada, diz Heleno

O chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Augusto Heleno, afirmou que, apesar da tensão entre os Poderes, não acredita em uma intervenção das Forças Armadas no País como forma de moderação. No entanto, em entrevista à Rádio Jovem Pan, o ministro foi questionado sobre o artigo 142 da Constituição, que versa sobre essa interferência para garantir os poderes constitucionais. Ele pontuou que o ideal é que não venha a ser utilizado. "Mas se existe no texto constitucional, é sinal de que pode ser usado", completou.

Para ele, o clima tenso entre os Poderes não é aconselhável e é necessário ter a preocupação para que não se cometa excessos.

"Acho importante que nós busquemos um ponto de equilíbrio, que tenhamos a preocupação de não cometer excessos, nenhum dos Poderes", disse, na entrevista realizada segunda-feira (16). Apesar do momento, Heleno diz que a intervenção poderia ocorrer apenas em momento mais grave. "Na situação atual, espero que não seja empregado, que não precise ser empregado, jamais."

De olho na governabilidade do presidente Jair Bolsonaro, Heleno avalia que o relacionamento e negociações entre o chefe do Executivo com o Congresso são "fundamentais". Na campanha eleitoral de 2018, no entanto, Heleno se envolveu em uma polêmica ao cantar "se gritar pega o Centrão, não fica um meu irmão".

Avaliação negativa do governo atinge maior nível e 54% dizem ser ruim ou péssimo

A popularidade do governo Bolsonaro está no seu pior momento, indica pesquisa da XP Investimentos em parceria com o Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe). Segundo levantamento divulgado ontem (17), 54% dos brasileiros avaliam o governo como ruim ou péssimo - maior índice registrado desde o início do mandato -, e 23% como bom ou ótimo - menor índice. Os que avaliam o governo como regular somam 20%, assim com em maio, também na menor marca. Dois por cento não responderam. A pesquisa também avaliou a aprovação à administração Bolsonaro: 63% dos entrevistados disseram que desaprovam e 29% que aprovam. Pela primeira vez, mais da metade dos brasileiros têm uma expectativa negativa para o restante do mandato: 52% disseram que Bolsonaro fará um governo ruim ou péssimo e 28%, ótimo ou bom. Para 63%, a economia percorre caminho errado e para 27%, o caminho certo.

A pesquisa realizou mil entrevistas entre 11 e 14 de agosto e tem margem de erro de 3,2 pontos porcentuais.

Legislativo - Sobre os trabalhos do Congresso, a proporção dos brasileiros que avaliam que a atuação do Congresso seguirá igual cresce desde abril e atingiu 56% neste mês. A pesquisa também apontou que 20% avaliam que a atuação vai piorar e 19% que irá melhorar. Dos entrevistados, 48% avaliam o Legislativo como ruim ou péssimo, 38% como regular e 9% como ótimo ou bom.

Bolsonaro diz que vetará 'Fundão' na íntegra se for impedido de cortar 'excesso'

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que vai vetar o fundo eleitoral, o "Fundão", na íntegra caso seja impedido de cortar o que exceder a lei de 2017 de reajuste ao projeto.

De acordo com o chefe do Executivo, a ordem dada por ele foi vetar tudo o que extrapolar aquilo previsto em 2017, uma vez que não quer gerar atritos com a Câmara dos Deputados ou o Senado.

"Mas vamos supor que não seja possível porque está em um artigo só, então vete tudo", declarou Bolsonaro à Rádio Capital Notícia - Cuiabá/MT, na manhã de ontem (17).

O chefe do Executivo voltou a declarar que "temos que cumprir a lei" e, não pode vetar ou sancionar "qualquer coisa sem responsabilidade". "Se eu sancionar o que não devo ou vetar o que não posso, estou em curso em crime de responsabilidade", afirmou. Apesar da justificativa utilizada por Bolsonaro, não há obrigação por parte da Presidência da República de reajuste mínimo do chamado "Fundão" pela inflação. Se o presidente confirmar o veto à regra aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o valor ficará em aberto.

Segundo determina e legislação, o governo e os parlamentares deverão estabelecer o gasto com as campanhas no ano que vem de acordo com o seguinte cálculo: usar o valor dos impostos arrecadados com o fim da propaganda partidária, calculado em R$ 803 milhões no ano que vem, mais um porcentual não definido da reserva destinada às emendas parlamentares de bancada, cuja somatória deve chegar a R$ 8 bilhões no próximo ano.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LEIS & PROJETOS

Projetos estratégicos da área da Sudam e da Sudene terão duração igual à da ZFM

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou, segunda-feira (16), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 281/2018, que amplia o prazo para aprovação e acaba com a necessidade de renovação periódica de incentivos para projetos nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A proposta do autor, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), é de que o prazo atual não seja renovado a cada cinco anos, como vinha ocorrendo, mas sim que possa perdurar enquanto existir a Zona Franca de Manaus. Os projetos de que trata o texto, em setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional, contam com redução de 75% do imposto sobre a renda ou com a opção de reinvestimento, até o percentual de 30%. O prazo terminaria em dezembro de 2023.

No relatório pela aprovação do projeto, o senador Zequinha Marinho (PSC-PA), afirmou que a mudança é importante para dar segurança aos empresários, que podem levar anos para recuperar o valor investido.

- Do ponto de vista da contribuição ao desenvolvimento regional, a proposição apresenta solução viável para a definição de um horizonte ampliado de vigência dos incentivos de que trata, de modo a estimular investimentos de longo prazo nas regiões beneficiadas, devendo merecer o nosso apoio à sua aprovação.

O projeto segue para Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será analisado em decisão terminativa.

Requerimentos - Na mesma reunião, a CDR aprovou requerimentos para audiência pública sobre a gestão associada de serviços públicos por meio de consórcios públicos. Também foi aprovado requerimentos para audiência pública com o Secretário de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU), Mauro Benedito de Santana Filho. Além de apresentar as ações da Secretaria para os próximos dois anos, ele deve falar sobre o Programa SPU+, que pretende arrecadar R$ 110 bilhões com a venda e concessão de imóveis da União.

Entidades do setor de comunicação criticam projeto que obriga aviso em foto manipulada digitalmente

(Foto: Câmara)

Márcio Labre é relator da proposta na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Representantes de associações de veículos de comunicação e publicidade criticaram nesta segunda-feira (16) projeto de lei em discussão na Câmara dos Deputados que obriga aviso ao público em foto manipulada digitalmente (PL 4349/19). Eles participaram de audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

A proposta prevê que a imagem alterada digitalmente seja acompanhada por uma linha de texto dizendo "fotografia retocada para modificar a aparência física de uma pessoa".

O representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Rodolfo Salema, afirmou que não existe publicidade sem manipulação de imagens, em menor ou maior grau.

"A edição não necessariamente é para deixar alguém bonito ou feio, ou mudar o padrão estético. A gente precisa fazer ajuste de cores, iluminação, pequenos retoques para que essa peça tenha um mínimo de qualidade e, sobretudo, que seja efetiva e compreensível ao público", explicou.

O representante da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Ricardo Pedreira, alertou para a crise do setor devido ao impacto das plataformas digitais. Para ele, é preciso melhorar o projeto, porque da forma como ele está redigido pode gerar desconfiança por parte dos leitores.

O representante do Conselho de Autorregulamentação Publicitária (Conar), Armando do Strozemberg, lembrou que já nas máquinas fotográficas analógicas existiam filtros de melhoramento de imagens e hoje os celulares fazem isso automaticamente. Ele não vê benefícios na proposta e acredita que a medida representa o risco de cerceamento de liberdade de expressão.

A representante da Associação Brasileira de Anunciantes, Eliane Quintella, reconhece que o assunto deve ser amplamente discutido, mas avalia que o projeto não é a melhor forma de combater o problema.

Distúrbios de autoimagem - A coordenadora do núcleo de doenças da beleza da PUC do Rio de Janeiro, Joana Novaes, destacou que o País ocupa a triste primeira posição em número de jovens e mulheres com distúrbios ligados à autoimagem, resultado da hiperconectividade dos jovens brasileiros. Representante da marca Dove, Suelma Rosa lembrou que há 15 anos a marca realiza campanhas inclusivas pela real beleza para melhorar a autoestima de meninas, mulheres e homens.

"A nossa marca está nessa jornada de derrubar os estereótipos e de acabar com todas as modificações digitais que alteram formato, tamanho, proporção, tudo que nos afasta do que somos de verdade no dia a dia", destacou.

PL isenta servidores inativos e pensionistas com doenças graves da contribuição previdenciária de 11%

O Projeto de Lei 1206/21 estabelece a isenção da contribuição previdenciária de 11% para os servidores inativos civis ou militares e pensionistas acometidos por doenças graves. A proposta está em tramitação na Câmara dos Deputados.

O texto altera a Lei 10.887/04, que regulamentou a contribuição dos inativos e pensionistas após a reforma da Previdência Social determinada pela Emenda Constitucional 41. O dispositivo é similar àquele que prevê isenção do Imposto de Renda nas aposentadorias em caso de doenças graves (Lei 7.713/88).

Assim, com base em conclusão médica e mesmo que a doença tenha sido contraída após aposentadoria ou reforma, o projeto em análise prevê isenção da contribuição para inativos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação ou síndrome da imunodeficiência adquirida.

"Diante da necessidade de enfrentar os altos custos comumente envolvidos no tratamento dessas doenças, o Estado pode (e deve) imprimir força normativa aos comandos constitucionais que asseguram o direito à vida com dignidade", disse o autor da proposta, deputado Capitão Alberto Neto (Republicanos-AM).

Tramitação - O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Relator diz que reforma tributária deve desonerar consumo e especialistas apontam vantagens do IVA

(Foto: Senado)

Para o relator da reforma tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), a legislação atual é complexa, confusa, dispendiosa e nefasta à produção e à prestação de serviços.

O Senado promoveu a primeira Sessão de Debates Temáticos de um ciclo de quatro eventos para discutir a PEC 110/2019, que reforma o sistema tributário brasileiro. Para o relator da proposta, Roberto Rocha (PSDB-MA), a legislação atual é complexa, confusa, dispendiosa e nefasta à produção e à prestação de serviços, sendo geradora de uma torrente de tributos, impostos, taxas e contribuições que complicam enormemente a vida do cidadão, das empresas e também dos governos.

Ao comentar o debate, Roberto Rocha (PSDB-MA) classificou a reforma tributária como "vacina econômica" que poderá ter efeitos mais amplos e profundos que os do Plano Real. Ele criticou duramente a legislação vigente, que deve ser substituída de modo a destravar a economia e beneficiar os pobres. - O sistema é injusto do ponto de vista social, com o agravante de promover competição desenfreada entre entes federados, esgarçando o pacto federativo - resumiu.

Roberto Rocha chamou atenção para a oportunidade de realização de uma ampla reforma tributária, percebendo a convergência de objetivos de especialistas em tributação e dos estados federados. Na sessão temática de debate, especialistas defenderam as vantagens do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) como forma de unificação de tributos e simplificação de cobrança. O modelo é previsto nas duas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) em discussão, como Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), e também em projeto de lei de iniciativa do Executivo, como Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Também no sentido de reformar o sistema tributário, tramita na Câmara a PEC 45/2019, que converge com a proposta em análise pelo Senado ao determinar a extinção de tributos que incidem sobre bens e serviços. Já o PL 3.887/2020, de iniciativa do Executivo, institui a CBS.

Comissão aprova previsão de plano de metas para enfrentamento da violência doméstica

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou proposta que determina a estados e municípios que priorizem a elaboração e a implementação de planos de metas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Além disso, prevê redes estaduais de atendimento da violência contra a mulher, compostas pelos órgãos públicos de segurança, saúde, justiça, assistência social, educação e direitos humanos e por organizações da sociedade civil.

A proposta também estabelece que somente terão acesso aos recursos federais relacionados à segurança pública e direitos humanos os entes federativos que apresentarem regularmente seus planos de metas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Os estados terão um ano para aprovar seus planos, a partir da publicação da lei, caso aprovada.

O plano será decenal, com atualização obrigatória a cada dois anos, e deverá conter a definição de um órgão responsável pelo seu monitoramento e pela coordenação da rede de Atendimento da violência contra a mulher.

Projeto original - O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), ao Projeto de Lei 501/19. A proposta original, de autoria da deputada Leandre (PV-PR), obriga os estados a criar em suas microrregiões Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deam) no prazo de cinco anos, sob pena de não terem acesso aos recursos a eles destinados no Fundo Nacional de Segurança Pública. "Proponho que a expansão das delegacias de atendimento à mulher faça parte de algo maior - um plano de metas a ser elaborado e implementado pelos estados, Distrito Federal e municípios, juntamente com outras medidas que visem à redução da violência doméstica e familiar contra a mulher", explicou Subtenente Gonzaga.

Proposta sobre geração própria de energia tem apoio em debate na CDR

(Foto: Senado)

A audiência pública foi requerida por Veneziano Vital do Rêgo (à esq.) e faz parte de ciclo de debates promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional, presidida pelo senador Fernando Collor.

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) promoveu debate segunda-feira (16) sobre o projeto de lei da Câmara que estabelece um marco legal para a geração de energia elétrica por consumidores. A maioria dos participantes concordou que o mercado de geração própria de energia renovável tem grande potencial de expansão no país.

A audiência pública com o título "Energia e desenvolvimento regional: proposta de marco legal para a geração de energia própria" foi a 7ª mesa do ciclo de debates que a comissão vem realizando sobre temas relativos ao desenvolvimento regional.

A CDR é presidida pelo senador Fernando Collor (Pros-AL). O debate sobre o PL 5.829/2019 foi requerido pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Ele apontou a importância social, econômica e ambiental da proposta.

Esse projeto de lei estabelece um marco legal em moldes similares às atuais resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que regem o tema e permitem ao consumidor produzir e consumir a própria eletricidade, além de receber desconto na conta de luz em caso de energia excedente gerada. Collor afirmou que a geração própria de energia já é uma realidade consolidada no Brasil e em diversos outros países.

- A geração própria de energia renovável reduz custos, melhora a eficiência energética e ajuda na proteção do meio ambiente. - afirmou Collor.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A. CNPJ/ME nº 11.694.621/0001-39

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A receita líquida atingiu R$ 21.249 milhares de reais em 2020 e era de R$ 16.384 milhares de reais em 2019. A Companhia apurou um resultado líquido negativo de R$ 1.649 milhares de reais em 2020, comparado a um resultado líquido negativo de R$ 2.281 milhares de reais no ano anterior. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era R$ 21.116 milhares de reais. Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados. São Paulo, 30 de abril de 2021. A ADMINISTRAÇÃO

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.538	799
Contas a receber	7	2.338	2.298
Tributos a recuperar	8	1.318	596
Partes relacionadas	9	775	448
Despesas antecipadas	10	147	101
Outras contas a receber	11	443	
Total do ativo circulante		6.559	4.242
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados a empréstimos	12	11.835	5.560
Tributos a recuperar	8	432	409
		12.267	5.969
Imobilizado	13	95.006	98.817
		95.006	98.817
Total do ativo não circulante		107.273	104.786
Total do ativo		**113.832**	**109.028**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	14	1.084	1.513
Empréstimos	15	6.712	6.745
Partes relacionadas	9	6.654	3.035
Tributos a pagar e obrigações trabalhistas	16	537	460
Provisão de ressarcimento	17	15.211	6.005
Total do passivo circulante		30.198	17.758
Não circulante			
Empréstimos	15	53.978	60.521
Partes relacionadas	9	383	
Provisão de ressarcimento	17	6.550	6.505
Provisão de desmobilização	17	1.607	1.479
Total do passivo não circulante		62.518	68.505
Total do Passivo		**92.716**	**86.263**
Patrimônio líquido	19		
Capital social		31.213	31.213
Prejuízos acumulados		(10.097)	(8.448)
Total do patrimônio líquido		21.116	22.765
Total do passivo e do patrimônio líquido		**113.832**	**109.028**

Demonstração do Resultado

	Nota	2020	2019
Receita líquida de vendas	20	21.249	16.384
Energia elétrica comprada	21	(3.251)	(93)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão, e taxa de fiscalização	21	(1.767)	(1.591)
Custo de operação	22	(9.312)	(10.011)
Lucro bruto		**6.919**	**4.689**
Despesas gerais e administrativas	23	(3.429)	(878)
Resultado operacional		**3.490**	**3.811**
Resultado financeiro	24		
Despesas financeiras		(4.587)	(5.595)
Receitas financeiras		156	215
		(4.431)	(5.380)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(941)**	**(1.569)**
Imposto de renda e contribuição social	25	(708)	(712)
Prejuízo do exercício		**(1.649)**	**(2.281)**
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	19	**(0,05)**	**(0,07)**

Demonstração do resultado abrangente

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(1.649)	(2.281)
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	**(1.649)**	**(2.281)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2019	**31.213**	**(6.167)**	**25.046**
Prejuízo do exercício		(2.281)	(2.281)
Em 31 de dezembro de 2019	**31.213**	**(8.448)**	**22.765**
Prejuízo do exercício		(1.649)	(1.649)
Em 31 de dezembro de 2020	**31.213**	**(10.097)**	**21.116**

Demonstração dos Fluxos de caixa

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(941)	(1.569)
Ajustes de receitas e despesas		
Depreciação	4.735	5.862
Baixa de ativo imobilizado	4.340	85
Juros, variações monetárias e cambiais	4.279	5.595
Provisão de ressarcimento	9.251	5.074
Ajuste financeiro de desmobilização	158	145
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(40)	55
Tributos a recuperar	(745)	(457)
Partes relacionadas	3.675	664
Outras contas a receber	(443)	
Despesas antecipadas	(46)	(99)
Fornecedores	(429)	(2.286)
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	108	185
Caixa gerado proveniente das operações	**23.902**	**13.254**
Juros pagos de empréstimos	(4.312)	(5.389)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(739)	(746)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**18.851**	**7.119**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(5.294)	(1.572)
Depósitos vinculados a empréstimos	(6.275)	(1.919)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(11.569)**	**(3.491)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de empréstimos	(6.543)	(6.539)
Partes relacionadas		2.802
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(6.543)**	**(3.737)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	739	(109)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**799**	**908**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**1.538**	**799**

Notas explicativas

1. Informações gerais: 1.1 **Contexto operacional:** A Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "Asa Branca VIII"), com sede no Estado de São Paulo, foi constituída em 25 de fevereiro de 2010 e permaneceu sem movimentação financeira e econômica até agosto de 2010, quando do primeiro aumento de capital e transformação em sociedade anônima. O objeto social da Companhia é ser um produtor independente de energia elétrica, mediante a exploração do parque eólico Asa Branca VIII, com 32.000 MW de capacidade instalada, localizada no Estado do Rio Grande do Norte. Conforme Portaria no 272 de 26 de abril de 2011, a Companhia está autorizada a explorar as atividades por trinta e cinco anos. Em 26 de agosto de 2010, a Companhia venceu o 2o Leilão de Fontes Alternativas, organizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em conformidade às regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia é controlada pela Contour Global do Brasil Holding Ltda. Dessa forma, não houve mudança de controle acionário na Companhia. A Companhia possuí junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

Eolica	Estado	Cidade	Capacidade instalada MW	Energia Assegurada por MWh/Ano	Inicio	Termino
Asa Branca IV	RN	João Câmara	32	122.640	Setembro de 2013	Agosto de 2033

1.2 Impactos da COVID-19: Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Companhia informa que sua controladora constituiu um Comitê Executivo Global para acompanhamento dos riscos e impactos que a pandemia pode causar às suas operações e vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos nossos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios. Neste cenário, a Companhia avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras: **(i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos da COVID-19:** A Companhia avaliou a posição das suas contas a receber em 31 de dezembro de 2020, e não há evidências de créditos cuja recuperação não seja considerada provável. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Companhia, e na avaliação da situação financeiras dos credores no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **(ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis e não identificou impactos devido a COVID-19. **(iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores:** A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento de fornecedores e clientes, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas. **(iv) Cumprimento de obrigações em contratos de dívidas ("*covenants*").:** Em 31 dezembro de 2020, a Companhia avaliou os *covenants* contidos em seus contratos de dívida, e concluiu que não teve impacto nos índices devido a COVID-19. Por fim, informamos que até o presente momento, a Companhia não teve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19. Entretanto, considerando que estamos expostos à riscos operacionais decorrentes da saúde de nossos colaboradores e terceiros, bem como estamos sujeitos a eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência da COVID-19, não é possível assegurar que não seremos impactados em nossas operações ou se nosso resultado será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 30 de abril de 2021. **1.3 Capital circulante líquido:** Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou capital líquido circulante negativo no montante de R$23.639 (R$ 13.516 em 2019). A liquidação das obrigações ocorrerá por meio de recursos gerados pelas atividades operacionais conforme denota o fluxo de caixa e aportes de recursos dos acionistas, se necessário. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas juntamente com as respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.2 Base de preparação: (a) Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.3 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação do grupo. **(b) Transações e saldos:** Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício. **(a) Provisão de ressarcimento** [illegible] **(b) Revisão da vida útil dos ativos imobilizados:** A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. Durante o exercício não foram identificadas indicações de que a utilização pela Companhia das taxas de depreciação definidas pela ANEEL está inconsistente com as referidas vidas úteis. **(c) Provisão de desmobilização:** [illegible] **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se ao [illegible] A Companhia possui como ativos financeiros: contas a receber de clientes, de partes relacionadas, outras contas a receber, depósitos vinculados a empréstimos e saldos em caixa e equivalentes de caixa. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração. É política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** A Companhia não está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possui ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras. **(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** [illegible] **(b) Risco regulatório:** [illegible] **(c) Risco de crédito:** [illegible] **(d) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A Tesouraria investe o excesso de caixa em Certificado de Depósito Bancário (CDBs), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e caixa disponível R$1.538 (R$799 em 2019) que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Vencimentos	Menos de um ano (i)	Entre 2 e 3 anos (i)	Entre 4 e 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Fornecedores	1.084				1.084
Empréstimos	10.964	20.484	26.930	24.016	82.394
Partes relacionadas (nota 9)	6.654	383			7.037
Provisão de ressarcimento (nota 17)	15.211	6.550			21.761
Provisão de desmobilização				8.327	8.327
Em 31 de dezembro de 2019					
Fornecedores	1.513				1.513
Empréstimos	11.545	21.763	29.195	33.988	96.491
Partes relacionadas (nota 9)	3.035				3.035
Provisão de ressarcimento (nota 17)	6.005	6.505			12.510
Provisão de desmobilização				7.461	7.461

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração. (ii) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e provisão de desmobilização. (iii) Para as rubricas de Fornecedores, Partes relacionadas e Provisão de ressarcimento o Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias futuras baseadas em projeções macroeconômicas para fins de divulgação dos fluxos de caixa não descontados. (iv) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **4.2 Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de partes relacionadas (cessão de recebíveis) e do curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumarizados:

	2020	2019
Total dos empréstimos	60.690	67.266
Menos - caixa e equivalentes de caixa	(1.538)	(799)
Menos - Depósitos vinculados a empréstimos	(11.835)	(5.560)
Dívida líquida	47.317	60.907
Total do patrimônio líquido	21.116	22.765
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)	**68.433**	**83.672**
Índice de alavancagem financeira - %	**69%**	**73%**

5. Instrumentos financeiros por categoria: Política contábil: As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*), e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado. **(a) Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado e mensurados ao valor justo através do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias: ***(i)* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado da Companhia compreendem "Aplicações financeiras". **(ii) Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem "Partes relacionadas", "Contas a receber de clientes", "Outras contas a receber", "Depósitos vinculados a empréstimos" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Recursos em banco e em caixa). **(b) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados. **(c) *Impairment* de ativos financeiros: (i) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros. **Ativo financeiros: Composição:**

	2020	2019
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	944	798
Contas a receber (nota 7)	2.338	2.298
Partes relacionadas (nota 9)	775	448
Depósitos vinculados a empréstimos (nota 12)	11.835	5.560
Ao custo amortizado	15.892	9.104
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	594	1
Ao valor justo por meio do resultado	594	1
	16.486	9.105

Passivo financeiros: Composição:

	2020	2019
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos (nota 15)	60.690	67.266
Partes relacionadas (nota 9)	7.037	3.035
Fornecedores	1.084	1.513
Provisão de ressarcimento (nota 17)	21.761	12.510
Provisão de desmobilização (nota 17)	1.607	1.479
Ao custo amortizado	**92.179**	**85.803**

O valor justo das cessões de recebíveis classificadas no passivo circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante e o valor justo das cessões de recebíveis classificadas no passivo não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis considerando que as operações têm taxas pós-fixadas. **6. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **Composição:**

	2020	2019
Recursos em banco e em caixa	944	798
Recursos em aplicações financeiras	594	1
	1.538	799

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados à uma taxa média de 99,5% em 2020 (96,81% em 2019) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são de liquidez imediata. **7. Contas a receber: Política contábil:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD" ou *impairment*). A administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a administração não julgou necessário o reconhecimento de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes, conforme estabelecido pelo CPC48 – Instrumentos Financeiros. **Composição:** As contas a receber de clientes nas demonstrações financeiras são denominadas em reais. A posição da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 2.338 (R$ 2.298 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, a Companhia não possuí títulos em atraso em 31 de dezembro de 2020 e 2019. **8. Tributos a recuperar: Política contábil:** Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Companhia os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. **Composição:**

	2020	2019
Circulante		
IRRF sobre aplicações financeiras	66	64
PIS/COFINS retido	179	159
IR/CS sobre ressarcimento	522	117
PIS/COFINS sobre ressarcimento	419	164
ICMS a Recuperar	89	73
IRRF a recuperar	24	19
CSLL a recuperar	19	
	1.318	596
Não Circulante		
PIS/COFINS sobre ressarcimento	246	226
IRPJ/CSLL sobre ressarcimento	186	183
	432	409
	1.750	1.005

9. Partes relacionadas: Política contábil: As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas da Companhia e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (controladas e acionistas), relativos às transações apresentadas no quadro a seguir. **Composição:**

	Ativo circulante: Compartilhamento de custo	Passivo circulante: Compartilhamento de custo	Cessão de recebíveis	Dividendos	Contas a pagar	Passivo não circulante: Compartilhamento de custo	Demonstração de resultado: Receita (Despesa) com compartilhamento de custo
Em 31 de Dezembro de 2020							
Contour Global do Brasil Holding		636				289	(1.007)
Asa Branca Holding S.A				589			
Asa Branca IV Energias Renováveis Ltda	244						
Asa Branca V Energias Renováveis Ltda	531	1.617					(41)
Asa Branca VI Energias Renováveis Ltda		1.892					
Asa Branca VII Energias Renováveis Ltda		1.920					(312)
ContourGlobal do Brasil Particip. S.A					3		
Goiás Sul Geração de Energia S.A.					91		
Total	775	6.065		589	94	289	(1.360)
Em 31 de Dezembro de 2019							
Contour Global do Brasil Holding Ltda		63					(63)
Asa Branca Holding S.A			17	589			
Asa Branca V Energias Renováveis Ltda	448	981					
Asa Branca VII Energias Renováveis Ltda		1.385					
Total	448	2.429	17	589			(63)

	Saldo Inicial	Resultado: Compartilhamento de custos	Resultado	Liquidação Principal	Transferência	Saldo Final
Em 31 de dezembro de 2020						
Ativo circulante						
Compartilhamento de custo	448		340		(13)	775
	448		**340**		**(13)**	**775**
Passivo circulante						
Compartilhamento de custo	2.429	1.090	1.628	918		6.065
Cessão de recebíveis	17		(4)		(13)	
Dividendos a pagar	589					589
	3.035	**1.090**	**1.624**	**918**	**(13)**	**6.654**
Passivo não circulante						
Compartilhamento de custo		270	20			290
Contas a pagar			93			93
		270	**113**			**383**
Em 31 de dezembro de 2019						
Ativo circulante						
Compartilhamento de custo			530	(82)		448
Cessão de recebíveis				(2.803)	2.803	
			530	**(2.885)**	**2.803**	**448**
Ativo não circulante						
Cessão de recebíveis	2.785				(2.785)	
	2.785				**(2.785)**	
Passivo circulante						
Compartilhamento de custo	1.317	1.723	578	(1.189)		2.429
Cessão de recebíveis					17	17
Dividendos a pagar	589					589
	1.906	**1.723**	**578**	**(1.189)**	**17**	**3.035**

i) Compartilhamento de custos e despesas: Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a Companhia mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber: **a) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas:** A Companhia mantém contrato de compartilhamento de custos e despesas entre as empresas do complexo de Chapada do Piauí I, Chapada do Piauí II e Chapada do Piauí III, o qual tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na operação e manutenção dos parques eólicos e que tragam benefícios para as partes envolvidas. O rateio é realizado com base na potência instalada de cada usina. **b) Compartilhamento de despesas escritório de São Paulo:** A Companhia mantém contrato de compartilhamento de despesas com a Contour Global do Brasil Holding Ltda com objetivo compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal e tecnologia da informação incorridas no escritório de São Paulo, as quais são repassadas a Companhia com base no acordo de acionistas firmado entre as partes em 2013. **c) Compartilhamento de custos e despesas Centro de Inteligência:** Além dos contratos de compartilhamento de custos e supracitados, a Companhia mantém contratos referentes aos custos da sala de controle e centro de inteligência, com as empresas Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. e Contour Global do Brasil Holding Ltda., respectivamente. A sala de controle mencionada acima, foi substituída pelo centro de inteligência de Natal - RN, que entrou em operação no segundo semestre de 2019 e passou a ser uma filial da Contour Global do Brasil Holding Ltda., que é a controladora da Chapada do Piauí I, e tem por finalidade monitorar as operações de todas as usinas da Companhia no Brasil, nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas. **10. Despesas antecipadas: Política contábil:** As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento de forma linear, durante o prazo do contrato. **Composição:**As despesas antecipadas da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são de R$147 (R$ 101 em 31 de dezembro de 2019 no ativo circulante) A rubrica é composta substancialmente pelas despesas de arrendamentos pagas antecipadamente, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o exercício de competência. **11. Outras contas a receber: Política contábil:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Composição:** Os saldos das outras contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 875 (R$ 409 em 31 de dezembro de 2019). Essas outras contas a receber são compostas substancialmente por recebíveis de fornecedores de O&M - Operação e Manutenção devido a performance operacional. **12. Depósitos vinculados a empréstimos:** O saldo dos depósitos vinculados refere-se às aplicações financeiras mantidas no Banco Itaú, a título de garantia do pagamento do contrato de empréstimo com o BNDES, com rendimentos de 80,17% (96,39% em 2019 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)). A posição da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 11.835 (R$ 5.560 em 2019). **13. Imobilizado: Política contábil:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A Companhia reconhece uma obrigação (Nota 18) segundo o valor justo para desmobilização de ativos no exercício em que elas ocorrem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesa operacional" na demonstração do resultado. As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL. **Composição:**

	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização	Total
Em 01 de janeiro de 2019	**98.937**	**3.094**	**1.161**	**103.192**
Aquisições	1.572			1.572
Baixa Imobilizado	(118)			(118)
Depreciação	(5.693)	(126)	(43)	(5.862)
Baixa Depreciação	33			33
Saldo contábil, líquido	**94.731**	**2.968**	**1.118**	**98.817**
Em 31 de dezembro de 2019				
Custo	129.754	3.765	1.204	134.723
Depreciação acumulada	(35.023)	(797)	(86)	(35.906)
Saldo contábil, líquido	**94.731**	**2.968**	**1.118**	**98.817**
Em 01 de janeiro de 2020	**94.731**	**2.968**	**1.118**	**98.817**
Aquisições	5.294		110	5.404
Baixa Imobilizado	(4.340)		(140)	(4.480)
Depreciação	(5.766)	(126)	(42)	(5.934)
Baixa Depreciação	1.199			1.199
Saldo contábil, líquido	**91.118**	**2.842**	**1.046**	**95.006**
Em 31 de dezembro de 2020				
Custo	130.708	3.765	1.174	135.647
Depreciação acumulada	(39.590)	(923)	(128)	(40.641)
Saldo contábil, líquido	**91.118**	**2.842**	**1.046**	**95.006**

Conforme contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com a Companhia dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente na rubrica de máquinas, equipamentos e outros. **14. Intangível: Política contábil: *Softwares:*** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares,* que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o exercício de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **15. Fornecedores: Política contábil:** O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **16. Empréstimos: Política contábil:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (*pro rata temporis*). Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de empréstimos são capitalizados como despesas antecipadas e amortizados pelo prazo contratual da dívida, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade do empréstimo, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **Composição:**

	2020	2019
Circulante		
Empréstimos em moeda nacional (i)	6.712	6.745
	6.712	6.745
Não circulante		
Empréstimos em moeda nacional (i)	53.978	60.521
	53.978	60.521
Total	**60.690**	**67.266**

(i) Empréstimos obtidos junto ao BNDES, no valor total de R$451.372, em 28 de dezembro de 2011, a ser pago em 192 parcelas, com taxa de juros de 1,92% a.a. a título de remuneração + TJLP.

Movimentação de empréstimos:

	Saldo Inicial	Provisão de juros	Atualização monetária	Liquidação: Principal	Liquidação: Encargos	Transferência	Saldo Final
Circulante							
BNDES	6.745	4.279		(6.543)	(4.312)	6.543	6.712
Não circulante							
BNDES	60.521					(6.543)	53.978
31 de dezembro de 2020	**67.266**	**4.279**		**(6.543)**	**(4.312)**		**60.690**
Circulante							
BNDES	6.741	5.373	20	(6.539)	(5.389)	6.539	6.745
Não circulante							
BNDES	66.858		202			(6.539)	60.521
31 de dezembro de 2019	**73.599**	**5.373**	**222**	**(6.539)**	**(5.389)**		**67.266**

Condições restritivas financeiras ("*covenants*"): Os contratos que possuem cláusulas contratuais restritivas preveem o cumprimento de determinados índices econômicos e financeiros, os quais devem ser apurados anualmente. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos. Os contratos que possuem cláusulas contratuais restritivas preveem o cumprimento de determinados índices econômicos e financeiros, os quais devem ser apurados anualmente. Em 31 de dezembro de 2020, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos ao nível Consolidado da Asa Branca Holding S.A.

Composição por ano de vencimento:

	2020	2019
2020		6.745
2021	6.712	6.763
2022	6.543	6.761
2023	6.543	6.761
2024	6.543	6.744
2025	6.543	6.508
2026	6.543	6.322
2027	6.543	6.322
2028	6.543	6.322
2029	6.543	6.322
2030	1.634	1.696
	60.690	67.266

17. Tributos a pagar e outras obrigações trabalhistas: Composição:

	2020	2019
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	292	261
PIS e COFINS a pagar	239	195
Provisão de férias e demais provisões trabalhistas	3	4
Outros impostos	3	
	537	460

18. Provisões: Política contábil: As outras contas a pagar são compostas substancialmente por provisões para desmobilização e ressarcimento que são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) O valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.**(a) Provisão de ressarcimento:** A conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **Composição:**

	2020	2019
Circulante		
Provisão de ressarcimento	7.655	4.950
Provisão de despacho (i)	7.556	1.055
	15.211	6.005
Não circulante		
Provisão de ressarcimento	6.550	6.505
Provisão de desmobilização	1.607	1.479
	8.157	7.984
Total de outras contas a pagar	**23.368**	**13.989**

Composição por movimentação:

	Saldo inicial	Provisão	Atualização Financeira	Pagamento	Transferência	Saldo final
Circulante						
Provisão de ressarcimento	4.950	488			2.217	7.655
Provisão de despacho (i)	1.055	6.501				7.556
	6.005	**6.989**			**2.217**	**15.211**
Não circulante						
Provisão de ressarcimento	6.505	2.262			(2.217)	6.550
Provisão de desmobilização	1.479	(29)	157			1.607
	7.984	**2.233**	**157**		**(2.217)**	**8.157**
31 de dezembro de 2020	**13.989**	**9.222**	**157**			**23.368**
Circulante						
Provisão de ressarcimento	4.003	4.941		(3.994)		4.950
Provisão de despacho (i)		1.055				1.055
	4.003	**5.996**		**(3.994)**		**6.005**
Não circulante						
Provisão de ressarcimento	3.433	3.072				6.505
Provisão de desmobilização	1.334		145			1.479
	4.767	**3.072**	**145**			**7.984**
31 de dezembro de 2019	**8.770**	**9.068**	**145**	**(3.994)**		**13.989**

(i) Em decorrência da instauração da Audiência Pública nº 034/2019, que visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.303/2019 determinando à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que proceda à suspensão, até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica no Ambiente Regulado e na Contratação de Energia de Reserva, referentes ao ano contratual, apurados a partir de agosto de 2019. **19. Provisão para contingências:** A Companhia não possui contingências envolvendo questões em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível. Nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem a Companhia nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da Companhia, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos. **20. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 31.213 sendo composto por 30.827.098 ações ordinárias sem valor nominal, conforme relacionados a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações	R$	Participação - %
	31 de dezembro de 2020 e 2019		
Asa Branca Holding S.A	30.827.098	31.213	100%
	30.827.098	31.213	100%

b) Lucro (prejuizo) básico e diluído por lote de mil ações: O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2020	2019
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(1.649)	(2.281)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	30.827	30.827
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R$	**(0,05)**	**(0,07)**

21. Receita líquida de vendas: Política contábil: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio. **Composição:** A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Receita líquida		
Receita com energia	31.380	26.215
(-) Provisão de ressarcimento	(9.251)	(9.068)
(-) Impostos sobre vendas	(782)	(664)
(-) Taxa de concessão	(98)	(99)
	21.249	16.384

22. Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão, energia elétrica comprada para revenda:

	2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda	(3.251)	(93)
Encargos de uso do sistema de conexão e taxa de fiscalização		
Encargos de transmissão	(1.654)	(1.534)
Encargos de interconexão	(113)	(57)
	(1.767)	(1.591)

23. Custo de operação:

	2020	2019
Pessoal	(36)	(571)
Manutenções	(117)	(163)
Materiais e serviços de terceiros	(3.225)	(3.415)
Depreciações e amortizações	(5.934)	(5.862)
	(9.312)	(10.011)

24. Despesas gerais e administrativas:

	2020	2019
Seguros	(157)	(119)
Comunicações	(45)	(63)
Viagens	(8)	(21)
Despesas Tributárias	(16)	(6)
Projetos sociais		(43)
Outras receitas / despesas operacionais	82	(177)
Perda na baixa do imobilizado	(1.925)	
Despesas compartilhadas	(1.360)	(449)
	(3.429)	(878)

25. Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras: As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre empréstimos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras. **Composição:**

	2020	2019
Despesa financeira		
Juros empréstimos bancários	(4.278)	(5.595)
Amortização de custos de emissão de dívida	(1)	
Atualizações financeiras	(308)	
	(4.587)	(5.595)
	(4.587)	(5.595)
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	156	215
	156	215
Resultado financeiro	(4.431)	(5.380)

26. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social:**

	2020	2019
Receita de energia	31.449	22.420
Receita Faturada	**31.449**	**22.420**
Receita de energia provisão de energia	(2.919)	(5.075)
Provisão de ressarcimento	(6.504)	(198)
Receita Gerada de provisão	**(9.423)**	**(5.273)**
Receita de aplicações financeiras	180	215
Base de cálculo IRPJ	**2.696**	**2.009**
IRPJ – 15%	403	301
IRPJ adicional – 10%	246	177
Base de cálculo IRPJ sobre provisão	**(754)**	**(422)**
IRPJ provisão – 15%	(113)	(63)
IRPJ adicional provisão – 10%	(76)	(18)
Base de cálculo CSLL	**3.954**	**2.905**
CSLL – 9%	355	261
Base de cálculo CSLL sobre provisão	**(1.131)**	**(633)**
CSLL provisão – 9%	(102)	(57)
Correção de impostos de imposto de ano anterior	(5)	111
Total de IRPJ e CSLL - lucro presumido	**708**	**712**

27. Compromissos:

	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contrato de manutenção - O&M GE (ii)	2.722	7.960	-	10.682
Contrato de transmissão (iii)	1.655	9.351	22.654	33.660
	4.377	17.311	22.654	44.342

i) Arrendamento de terrenos: Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a receita de geração de energia, nesses casos os pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis. Tais condições são usadas por uma diversidade são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de geração de energia são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. **ii) Contrato de Manutenção GE:** Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor das máquinas e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. **iii) Contrato de transmissão:** São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico. **28. Cobertura de seguros (Não auditado):** Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial no montante de R$ 469.827, lucros cessantes no montante de R$ 122.188 e de responsabilidade civil no montante de R$ 50.000 (compartilhado com as demais empresas controladas pela Contour Global do Brasil Holding Ltda.), os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

Daniel Araque - Diretor: VP Finanças
Edson Sá - Contador - CRC – 1SP263284-O

Continua ➤

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Continuação ►

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Asa Branca VIII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Pirita Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

1. Data, hora e local: Ao 01°/03/2021, às 14h00, São Paulo/SP. **2. Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o anexo nº 01 desta Assembleia de Constituição, a saber, Marcelo Duarte e Natali Oliveira Duarte. **3. Mesa:** Presidente: Marcelo Duarte, Secretária: Natali Oliveira Duarte. **4. Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no §4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** 5.1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Pirita Empreendimentos e Participações S/A.,** com sede e foro na Rua Fernando de Albuquerque, nº 31 - conj. 72 - Consolação, São Paulo/SP, CEP 01309-030. 5.2. Aprovar o capital social inicial de R$ 1.800,00, representado por 1.800 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10%, tendo sido constatada a realização em dinheiro de R$ 180,00 depositados em conta vinculada no Banco do Brasil S/A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constitui o anexo nº 01 desta Assembleia de Constituição. 5.3. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o anexo nº 02 anexo desta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Pirita Empreendimentos e Participações S/A.,** em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 5.4. Eleger o Sr. **Marcelo Duarte**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 06.584.368-2 IFP/RJ e CPF/MF nº 688.187.187-20, residente à Rua Frei Caneca, 1114 - Ap. 71, CEP 01307-002, Consolação, São Paulo/SP, para o cargo de Diretor Presidente e a Sra. **Natali Oliveira Duarte**, brasileira, solteira, empresária, RG nº 35.448.840-5 SSP/SP e do CPF/MF nº 362.364.308-45, com endereço residencial à Rua Frei Caneca, 1114 - Ap. 71, CEP 01307-002, Consolação, São Paulo/SP, para o cargo de Diretor sem designação específica,ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 5.5. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até **R$ 6.500,00**. 5.6. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do §1° da Lei 6404/76. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. **7. Acionistas:** Marcelo Duarte e Natali Oliveira Duarte. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo, 01/03/2021. Marcelo Duarte - Presidente, Natali Oliveira Duarte - Secretária. **Anexo II: Estatuto Social: Capítulo - I: Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto: Artigo 1º** - A **Pirita Empreendimentos e Participações S.A.,** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto (a) empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis; (b) a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). **Artigo 3º -** A Companhia tem sede e foro em São Paulo/SP, Rua Fernando de Albuquerque, nº 31 - Conjunto 72 - Consolação, São Paulo/SP, CEP 01309-030, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º -** A Companhia iniciará suas atividades em 01/03/2021 e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo - II: Do Capital Social e Ações: Artigo 5º -** O Capital Social da Companhia é de R$ 1.800,00, dividido em 1.800 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º - Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. § 2º - A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º - Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º - A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º - A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **Artigo 6º -** Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelas. **§ Único -** Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 7º -** O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 8° -** A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capitulo - III: Da Administração: Artigo 9° -** A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por no mínimo 2 e no máximo 3 Diretores, sendo um Diretor - Presidente e os demais Diretores sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - O mandato da Diretoria será de 02 anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria". Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º. - Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 dias, quando remunerada. § 6º - A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 10 -** A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º - Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor-Presidente, com antecedência mínima de 03 dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º - A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 02 Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. **Artigo 11 -** Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **Artigo 12 -** A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado por um dos Diretores eleitos, isoladamente, ou através de mandato outorgado especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por um dos Diretores eleitos, isoladamente, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º - Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o *Caput* deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capitulo - IV: Assembleia Geral: Artigo 13 -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 meses subseqüentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º - A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capitulo - V: Conselho Fiscal: Artigo 14 -** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 membros efetivos e 3 membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capitulo - VI: Exercicio Social e Lucros: Artigo 15 -** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 16 -** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º - Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º - O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação quer lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **Artigo 17 -** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 18 -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º - Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo - VII: Liquidação: Artigo 19 -** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º - À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Marcelo Duarte e Natali Oliveira Duarte. Confere com o original lavrado em livro próprio. São Paulo, 01/03/2021.

BCMD Participações S/A - CNPJ nº 55.363.469/0001-87 - NIRE 35.300.188.373

Edital de Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 25 de Agosto de 2021

Nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da **BCMD Participações S.A.** ("Companhia"), ficam os Srs. Acionistas convocados para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que será realizada na forma **DIGITAL**, em conformidade com a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, no dia **25 de agosto de 2021, às 18h,** a fim de deliberar acerca da seguinte Ordem do Dia: **(a)** a homologação (i) do aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 3.358.991,38 (três milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos), (ii) do preço de emissão de R$ 729,00 (setecentos e vinte e nove reais) por ação, calculado com base no patrimônio líquido da Companhia de 30 de abril de 2021, e (iii) da emissão de 4.607 (quatro mil, seiscentas e sete) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, desconsideradas frações de ações; e **(b)** a alteração do "caput" do artigo 4º do Estatuto Social em razão da homologação do aumento do capital social. **Informações Gerais:** 1. Os acionistas participarão da AGE **à distância** mediante atuação remota via sistema eletrônico, conforme informações de acesso e funcionamento detalhadas em carta endereçada aos acionistas, informações essas disponíveis na sede social da Companhia. 2. A Companhia não poderá ser responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática, incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do acionista ou da conexão à rede mundial de computadores dos acionistas, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle. 3. Para participar na AGE, os Srs. Acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; e **(ii)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista.

São Paulo, 16 de agosto de 2021.
Mauro de Salles Aguiar - Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 125/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 24.130/2.021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 114/2021
OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAME ETUDO URODINÂMICO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 01/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 144/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 21.651/2.021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 130/2021
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÍDIA DVD-R, COM ENVELOPE, PARA O SETOR DE RADIOLOGIA DA POLICLÍNICA.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 01/09/2021 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 97/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 12.646/2.021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90/2021
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOVEIS PARA AS UNIDADES ESCOLARES.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 02/09/2021 às 09:30 horas

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,30 (trinta centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 464 de 30 de dezembro de 2020.

Limeira, 17 de agosto de 2021
Departamento de Gestão de Suprimentos

O Município de Limeira, comunica aos interessados do Pregão Eletrônico nº 127/2021 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE COMBATE À INCÊNDIO NO ESTÁDIO COMENDADOR AGOSTINHO PRADA – PRADÃO E ESTÁDIO MAJOR JOSÉ LEVY SOBRINHO – LIMEIRÃO, que na publicação do dia 17/08/2021 ONDE SE LÊ "DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 26/08/2021 às 09:30 horas" LEIA-SE "DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 27/08/2021 às 09:30 horas".

Limeira, 17 de agosto de 2021
Departamento de Gestão de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2021 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2021
PROCESSO Nº 948/2021
HOMOLOGAÇÃO

O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos TORNA PÚBLICO a todos os interessados que o Pregão Presencial de menor preço por item, destinado ao REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE QUADROS BRANCOS MAGNÉTICOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei o Sr. Prefeito Municipal, DILADOR BORGES DAMASCENO, Adjudica e Homologa o presente certame, conforme Ata da Sessão Pública, para as empresas classificadas:
- LIVRARIA E PAPELARIA SÃO JOSÉ ARAÇATUBA LTDA – EPP, para fornecer o item: 1.1;
- STALO BAURU MOBILIÁRIO ESCOLAR LTDA, para fornecer os itens: 1.2, 02, 03;

GABINETE DO PREFEITO, 16 de agosto de 2021.
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO MÊS DE JULHO DE 2021
(§ 1º do artigo 32 e no artigo 38 da Lei 13.019/2014)

- TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 019/2017 – ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOSSA SENHORA APARECIDA – CRECHE CASA DA CRIANÇA - Objeto: Atendimento de crianças em idade de creche compreendendo a faixa etária de 06 (seis) meses a 03 (três) anos e 11 (onze) meses – 4º Termo Aditivo – Prorrogação de prazo de vigência - Assinatura: 26/07/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – DLC, 17 de agosto de 2021.
Mauriceia Muto - Secretária Municipal de Administração

Neon Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 20.855.875/0001-82 - NIRE 35.300.476.581

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 30/04/2021

Data, hora e local: 30/04/2021, às 18h, sede social, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: Jean Martin Sigrist Junior; Secretária: Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho. **Considerações Preliminares:** Lavratura e publicação da ata. **Ordem do dia e Deliberações: Sessão Ordinária: (a)** Documentos publicados no "DOESP" e "O dia SP", em 30/04/2021 colocada em discussão e votação, os representantes decidiram aprovar as Demonstrações Financeiras encerrado em 31/12/2020; **(b)** O prejuízo apurado no exercício findo em 31/12/2020, no montante de R$ 272.488.355,69 permanecerá na conta "Lucros e Prejuízos Acumulados" para ulterior deliberação; **(c)** Eleger os membros para compor a Diretoria, com remuneração anual global de até **R$ 17.200.000,00**: **Diretores Executivos I: Pedro Henrique de Souza Conrade**, RG nº 36.530.694-0 SSP/SP, CPF nº 370.749.968-58, residente e domiciliado em São Paulo/SP. **Jean Martin Sigrist Junior**, RG nº 13.997.873-2, CPF nº 106.124.968-99, residente e domiciliado em São Paulo/SP. **Diretores Executivos II: Cristiano Fernandes da Silva**, RG nº 23.429.472-3, CPF nº 279.401.628-88, residente e domiciliado em São Paulo/SP. **Paulo de Tarso Marques Rosa**, RG nº 084.609.304, CPF nº 121.995.998-76, residente e domiciliado em São Paulo/SP. **Plinio Cardoso da Costa Patrão**, RG nº 10.291.658, CPF nº 042.552.938-05, residente e domiciliado em São Paulo/SP. **Jamil Saud Marques**, RG nº 24.501.197-3, CPF nº 312.645.158-63, residente e domiciliado em São Paulo/SP. **Juliana Noriko Yamada**, RG nº 35.013.989-1, CPF nº 224.294.718-41, residente e domiciliada em Jacareí/SP. **Paula Oliveira Martinelli**, RG nº 25.054.424-6, CPF nº 315.799.548-04, residente e domiciliada em São Paulo/SP. **(c.1.)** O mandato dos diretores ora eleitos se estenderá até a posse dos que forem na AGO de 2023. **(c.2.)** Os diretores eleitos apresentaram declaração de que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, as quais se encontram arquivadas na sede da empresa. **Sessão Extraordinária: (a)** Excluir o **Artigo 8º** do Estatuto Social em atendimento ao item 1, alínea "a" do Ofício nº 8127/2021-BCB/Deorf/GTSP1, de 8/04/2021, com a consequente renumeração dos Capítulos e Artigos subsequentes, para evidenciar a inexistência de acordo de acionistas firmado no âmbito da Neon Pagamentos S.A. **(b)** Consolidar o Estatuto Social contemplando a alteração acima. **Encerramento:** Formalidades legais. **Assinaturas: Acionista:** Neon Payments Limited. São Paulo, 30/04/2021. Jean Martin Sigrist Junior - Presidente; Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho - Secretária. JUCESP nº 352.013/21-7 em 21/07/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acham-se abertos na Prefeitura do Município de Bragança Paulista os seguintes certames licitatórios: PREGÃO PRESENCIAL Nº 182/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANGIORESSONÂNCIA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - DATA DA ABERTURA: 14.09.2021 AS 09:30 HORAS. PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RAIAS OFICIAIS PARA PISCINAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER - DATA DA ABERTURA: 14.09.2021 AS 14:30 HORAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/2021 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - DATA DA ABERTURA: 16.09.2021 AS 09:30 HORAS. Os editais estão disponíveis no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 17 de Agosto de 2021. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.

Otima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A.

CNPJ/ME sob o nº 17.104.815/0001-13 - NIRE nº 35.300.446.747

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23 de Julho de 2021

1. Data, Hora e Local: Realizada em 23 de julho de 2021, às 11h00, na sede social da Ótima Concessionária de Exploração de Mobiliário Urbano S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Mofarrej, nº 1.288, Vila Leopoldina, CEP 05311-000. **2. Presença**: Presentes acionistas da Companhia representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme assinatura do "Livro de Presença de Acionistas". **3. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pela Sra. Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz e secretariados pelo Sr. Sérgio Luiz Pereira de Macedo. **4. Ordem do Dia**: Examinar, discutir e votar acerca da assinatura, pela Companhia, de instrumentos a serem firmados pelos acionistas com Publibanca Brasil S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Tenente José Jerônimo Mesquita, nº 90, Lote 33, Taquara, CEP 227700-250, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.120.261/0001-03 ("Publibanca"), por meio dos quais os acionistas irão acordar alienar parte ou totalidade, conforme o caso, das ações que detém na Companhia à Publibanca ("Contratos de Compra e Venda"). **5. Deliberações:** Dando início aos trabalhos, os acionistas deram-se ciência mútua das suas respectivas tratativas acerca dos Contratos de Compra e Venda e transações nele previstas, naquilo necessário às deliberações tomadas nesta Assembleia. Na sequência, as seguintes matérias foram aprovadas, por unanimidade: 5.1 Aprovar a assinatura, pela Companhia, de cada um dos Contratos de Compra e Venda, na qualidade de interveniente, para, dentre outros, sua ciência das transações a serem acordadas pelos acionistas com a Publibanca. 5.2 Aprovar a prestação de declarações pela Companhia no âmbito dos Contratos de Compra e Venda, delegando à administração da Companhia competência para acordar termos e condições de tais disposições. 5.3 Aprovar, no âmbito dos Contratos de Compra e Venda, a assunção pela Companhia de determinadas obrigações, incluindo, sem limitação, em relação a determinadas condições suspensivas para o fechamento das operações previstas nos Contratos de Compra e Venda, a obrigação de indenizar os acionistas vendedores por danos causados pela Companhia cujo fato gerador tenha origem em fatos ocorridos após o fechamento das operações previstas em tais Contratos de Compra e Venda, entre outras. 5.4 Reconhecer e aprovar que os Contratos de Compra e Venda poderão estabelecer determinadas condutas (de fazer e não fazer) à Companhia entre sua assinatura e a consumação das transações neles previstas, delegando à administração da Companhia competência para acordar termos e condições de tais disposições. **6.Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Ficou consignado que, conforme faculta o Artigo 130, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, a publicação da ata será feita com omissão das assinaturas dos representantes dos acionistas. **Presidente:** Sra. Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz. **Secretário:** Sr. Sérgio Luiz Pereira de Macedo. **Acionistas:** acionistas da Companhia representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme assinatura do "Livro de Presença de Acionistas". São Paulo, 23 de julho de 2021. **Confere com o original lavrado em livro próprio. Mesa: Ana Lúcia Dinis Ruas Vaz - Presidente; Sérgio Luiz Pereira de Macedo - Secretário.** JUCESP nº 378.647/21-0 em 06 de agosto de 2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** AVISO DE LICITAÇÃO *****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, n° 1400, Bairro Alto do Cardoso:

TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2021 (PMP 6068/2021)
Para "contratação de empresa especializada para execução de reforma e manutenção de prédio escolar - CMEI Profa. Ruth Dóris Lemos - com fornecimento de material e mão de obra", com recebimento dos envelopes até dia 10/09/2021, às 08h30 e início da sessão às 09h.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2021 (PMP 5952/2021)
Para "contratação de instituição financeira para o processamento da folha de pagamento dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, além de créditos em favor de estagiários ou qualquer outra pessoa que mantenha ou venha a manter vínculo de remuneração com a Prefeitura de Pindamonhangaba, através de conta salário ou conta corrente, com exclusividade, pelo período de 60 meses", com recebimento dos envelopes até dia 30/08/2021, às 14h e início da sessão às 14h30.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2021 (PMP 6259/2021)
Para "aquisição de pisos táteis (alerta e direcional) de concreto para serem fixados em diversos locais (para a acessibilidade de portadores de deficiência)", com recebimento das propostas até dia 30/08/2021, às 08h30 e abertura e avaliação das propostas a partir das 08h31.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2021 (PMP 6355/2021)
Para "aquisição de tubos de concreto para serem utilizados em diversas obras no município de Pindamonhangaba", com recebimento das propostas até dia 31/08/2021, às 14h e abertura e avaliação das propostas às 14h01.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://www.bbmnetlicitacoes.com.br para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 039/21 – REABERTURA - Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar a implantação e operação do serviço de coleta de materiais inservíveis (cata-treco) e resíduos recicláveis, conforme anexos. Despacho da Secretaria de Governo e Integridade informando o **INDEFERIMENTO** do recurso apresentado sob nº 5063/21 pela empresa ADRIANO DE LIMA ALMEIDA e o **DEFERIMENTO** do recurso apresentado pela empresa EXPEDITO CARLOS DE MORAES sob o nº 5150/21. Desta forma, conforme razões expostas em documento datado de 16/08/21, anexo ao processo, informamos ainda a REABERTURA de prazos deste pregão. **CADASTRAMENTO e ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS:** Cadastro de Propostas Iniciais: **09:00 horas do dia 18/08/2021 até às 09:00 horas do dia 30/08/2021.** Abertura de Propostas Iniciais: **30/08/2021 às 09:05 horas.** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados nos sites: www.bbmnetlicitacoes.com.br ou e-mail pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8376/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

EDMILSON GERALDO ROSA
Secretário de Obras e Planejamento

Ideal Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 31.749.596/0001-50 - NIRE 35300522915

Ata de Assembléia Geral Extraordinária em 30.06.2021

Data: 30.06.2021, às 9h. **Local:** Sede Social, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4221, 6º andar, conjunto 62, São Paulo-SP. **Presença:** Representantes da única acionista. **Mesa:** Presidente: Gregorio Lara dos Santos Matai. Secretário: Leandro Bolsoni. **Ordem do Dia e Deliberações:** Após o Sr. presidente esclarecer que far-se-ia necessário ajustar a deliberação aprovada no item 3.1 da Sessão Ordinária da AGO/E realizada em 31.03.2021 para compatibilizar aquela decisão com o parágrafo 1º do artigo 9º do Estatuto Social, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes deliberações: 1. Retificar o item 3.1 da Sessão Ordinária da AGO/E realizada em 31.03.2021, conforme abaixo: **Onde se lê:** *3.1. O mandato dos diretores ora eleitos se estenderá até a posse dos que forem eleitos na AGO de 2023.* **Leia-se:** *3.1. O mandato dos diretores ora eleitos se estenderá até a posse dos que forem eleitos na AGO que aprovar as contas do exercício de 2023.* 2. Ratificar todas demais deliberações aprovadas naquele conclave. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.06.2021. **Presença:** Acionista: **Ideal Holding Financeira S.A.**, por seus diretores Srs. Gregorio Lara dos Santos Matai e Leandro Bolsoni. JUCESP nº 359.021/21-9 em 28/07/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Neon Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 20.855.875/0001-82 - NIRE 35.300.476.581

Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 03/05/2021

Data, hora e local: 03/05/2021, às 10h, sede social, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade. **Mesa:** Presidente: Jean Martin Sigrist Junior; Secretária: Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho. **Considerações Preliminares:** Lavratura e publicação da ata. **Ordem do dia e Deliberações: (i)** aprovar a destituição do Sr. **Marcelo Jose Alves de Moraes** do cargo de Diretor Executivo II. **Encerramento:** Formalidades legais. **Assinatura: Acionista:** Neon Payments Limited. SP, 03/05/2021. Jean Martin Sigrist Junior - Presidente; Cristiane Alessandra Cabral de Moura Coutinho - Secretária. JUCESP nº 266.074/21-2 em 04/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Eleição traz mais incerteza para o investidor estrangeiro

Os ataques do presidente Jair Bolsonaro ao sistema eleitoral são vistos por investidores estrangeiros como o sinal de que a atenção do presidente já está voltada para a eleição de 2022. Isso significa que daqui até outubro do próximo ano as incertezas tendem a aumentar - e os gastos públicos também. Na visão de gestores de fundo e analistas estrangeiros ouvidos pelo Estadão, a agenda liberal prometida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, tende a ficar pressionada conforme o Planalto se volta para a reeleição.

Dando como certo o aumento de gastos públicos e a continuidade da turbulência política, os estrangeiros temem um desequilíbrio fiscal e começam a discutir como será 2023, após a disputa pelo Planalto. "Os mercados estão acostumados a lidar com o barulho político e olham os dados e ações concretas para saber o que de fato acontecerá após a volatilidade", afirma Martin Castellano, chefe para a América Latina do Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês). "A incerteza recai mais sobre quem vai ganhar a eleição - e qual será a política em vigor - do que sobre as declarações políticas do presidente a respeito do processo eleitoral." Para Will Landers, chefe de renda variável da BTG Pactual Asset Management, gestora do banco de mesmo nome, a eleição já entrou no radar. "As pessoas já estão prestando atenção nas eleições, que se pensava que seriam um tema só no ano que vem", diz. O debate sobre voto impresso e as acusações infundadas de fraude eleitoral não afugentam os investidores, segundo os gestores ouvidos. Eles concordam com Castellano ao dizer que os donos do dinheiro estão habituados às turbulências políticas e ao "barulho" - em especial no governo Bolsonaro. A atenção do presidente ao assunto, no entanto, é vista como uma antecipação da campanha. Segundo dois nomes da área em Wall Street, as especulações sobre a formação da política econômica dos candidatos mais competitivos já começaram. "Se Bolsonaro ganhar, Paulo Guedes continua? Se Lula ganhar, ele traz um nome do mercado para a sua chapa?", diz uma fonte do mercado. No primeiro semestre, uma recuperação econômica mais forte no Brasil e a disposição do governo em defender reformas econômicas melhorou o humor de estrangeiros com o País, na comparação com os países da América Latina. Mas julho trouxe más notícias, com fluxo de investimento negativo, e agosto, na leitura do IIF, segue volátil.

Pagamento de emendas em SP é alvo de questionamentos no MP e TCE

O deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) entrou Segunda-feira, 16, com representações que pedem ao Ministério Público de São Paulo (MPSP) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) a investigação do pagamentos de R$ 1 bilhão em "emendas voluntárias" pelo governo de São Paulo a parlamentares, sem que os detalhes fossem publicados no portal de transparência.

O pedido ocorreu após reportagem do jornal Folha de S. Paulo publicar os registros de pagamento. A modalidade de pagamento não é a mesma das emendas impositivas, que são pagas obrigatoriamente aos 94 deputados estaduais, no mesmo valor para todos. A reportagem narra um aumento expressivo na liberação desse tipo de emenda pelo governo de João Doria PSDB).

O repasse de emendas, segundo o jornal, não estariam restritos a deputados estaduais da base de apoio ao governador na Assembleia Legislativa, mas também incluiriam deputados federais do PSDB e à senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP). A secretaria da Casa Civil, responsável pelo pagamento de emendas, disse por meio de nota que "os investimentos citados são absolutamente legais, transparentes e sem qualquer viés político ou ideológico". A pasta afirmou que "todos os parlamentares, sejam deputados federais, estaduais, vereadores de quaisquer partidos ou a sociedade civil organizada contribuem com o governo de São Paulo para identificar as demandas para melhorar a vida das pessoas".

"As solicitações têm tratamento transparente para garantir a lisura do processo, com cada andamento da requisição sendo informado ao solicitante e publicado em Diário Oficial, conforme determina a lei", diz a Casa Civil do governo paulista. A nota diz, ainda, que o governo "conta com o auxílio de todos os representantes legalmente eleitos para identificar as demandas da sociedade e atender as pessoas mais carentes", diz a nota da Casa Civil.

Produção de petróleo em julho sobe 4,9% ante junho, mostra ANP

A produção média de petróleo no Brasil voltou ao patamar dos 3 milhões de barris diários (b/d) em julho, registrando alta de 4,9% contra o mês anterior e atingindo 3,044 milhões de b/d. A produção de gás natural em julho foi recorde, de 139,1 milhões de metros cúbicos diários, alta de 2,49% ante junho e de 6,76% contra julho de 2020, segundo informações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

No total, o Brasil produziu em média 3,919 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) em julho, contra 3,757 milhões de boe/d em junho, alta de 4,3%. A Petrobras registrou alta de 6,3% na produção de petróleo no mês passado, segundo a ANP, chegando a uma média diária de 2,231 milhões de barris, contra 2,097 milhões em junho. A produção de gás natural subiu 3,8%, para 100,3 milhões de metros cúbicos. No total, a produção da estatal somou média de 2,862 milhões de barris de boe/d, alta de 5,8% contra o mês anterior.

O pré-sal correspondeu a 71,61% da produção total, com 2,806 milhões de boe/d, alta de 3,3% contra junho. O campo de Tupi (ex-Lula) continua como maior campo produtor do pré-sal, registrando média de 1,21 milhão de boe/d.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

ECONOMIA

IGP-10 de agosto fica em 1,18%, ante alta de 0,18% em julho, revela FGV

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) subiu 1,18% em agosto, após ter aumentado 0,18% em julho, informou ontem, 17, a Fundação FGV.

O resultado ficou dentro das estimativas dos analistas do mercado financeiro, que esperavam uma alta entre 1,02% e 1,72%, com mediana positiva de 1,29%.

Quanto aos três indicadores que compõem o IGP-10 de agosto, os preços no atacado medidos pelo IPA-10 tiveram alta de 1,29%, ante uma queda de 0,07% em julho. Os preços ao consumidor verificados pelo IPC-10 apresentaram aumento de 0,88% em agosto, após o avanço de 0,70% em julho. Já o INCC-10, que mede os preços da construção civil, teve alta de 0,79% em agosto, depois de subir 1,37% em julho.

(Foto: EBC)

A alta no preço das hortaliças e legumes (de -7,67% para 5,17%) contribuiu muito para a elevação do índice.

O IGP-10 acumulou um aumento de 16,88% no ano.

A taxa em 12 meses ficou em 32,84%. O período de coleta de preços para o indicador de julho foi do dia 11 de julho a 10 deste mês.

As altas nos preços da energia elétrica, gasolina e alimentos pressionaram a inflação ao consumidor dentro do IGP-10. Dentro do Índice de Preços ao Consumidor (IPC-10), quatro das oito classes de despesa registraram taxas de variação mais elevadas: Alimentação (de 0,45% em julho para 1,13% em agosto), Saúde e Cuidados Pessoais (de -0,24% para 0,45%), Habitação (de 1,17% para 1,56%) e Transportes (de 0,81% para 0,93%). As principais contribuições partiram dos itens: hortaliças e legumes (de -7,67% para 5,17%), plano e seguro de saúde (de -1,27% para 0,62%), tarifa de eletricidade residencial (de 3,86% para 5,74%) e gasolina (de 1,42% para 2,13%). Na direção oposta, as taxas foram mais baixas nos grupos Educação, Leitura e Recreação (de 2,23% para 0,51%), Comunicação (de 0,04% para -0,13%), Vestuário (de 0,34% para 0,17%) e Despesas Diversas (de 0,18% para 0,10%).

Monitor do PIB aponta queda de 0,3% no 2ª trimestre ante 1º trimestre, diz FGV

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro recuou 0,3% no segundo trimestre deste ano, frente aos três meses imediatamente anteriores, pela série com ajuste sazonal do Monitor do PIB, indicador calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

O resultado evidencia que houve "certo otimismo" com o desempenho da economia no primeiro trimestre, mostrando que "ainda há um longo caminho para a retomada mais robusta da economia," afirma Claudio Considera, coordenador do Monitor do PIB-FGV, em nota divulgada ontem, 17, pelo Ibre/FGV

Na comparação ao segundo trimestre de 2020, o PIB cresceu 12,1%, conforme os dados divulgados. A magnitude da taxa tem relação com a base de comparação baixa, uma vez que o segundo trimestre do ano passado foi a fase aguda dos impactos das medidas de isolamento social sobre a economia.

Em junho, isoladamente, o Monitor apontou alta de 1,2% no PIB na comparação a maio, com ajuste sazonal. Em relação a junho de 2020, houve avanço de 10,1% da atividade econômica.

Demanda - Pela ótica da demanda, o consumo das famílias contribuiu positivamente para o PIB do segundo trimestre, frente ao primeiro. Esse componente da demanda cresceu 0,8% pelos cálculos da FGV. O período foi marcado, contudo, por forte queda da formação bruta de capital fixo (FBCF, medida dos investimentos no PIB), que recuou 2,2% frente aos três meses anteriores, com ajuste sazonal.

Na comparação ao segundo trimestre do ano passado, ambos os componentes tiveram resultados positivos. O consumo das famílias cresceu 12,5% por essa comparação. O destaque foi o consumo de serviços, produtos duráveis e semiduráveis. Já o investimento cresceu 35,2% frente ao segundo trimestre do ano passado, segundo o Monitor do PIB. Desta forma, a taxa de investimentos medida pelo Ibre/FGV ficou em 19,3% do PIB no segundo trimestre deste ano, acima da média histórica calculada desde 2000.

Voos domésticos em agosto chegam a 70% do cenário pré-pandemia

(Foto: EBC)

Levantamento é da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

As companhias aéreas nacionais tiveram, no mês de agosto, o quarto mês consecutivo de crescimento no número de voos domésticos, com uma média de 1680 partidas diárias, o que equivale a 70% da média de voos no início de março de 2020, antes dos impactos da pandemia de covid-19 no setor.

Os resultados são do levantamento da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), com base em dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Ainda segundo a associação, este é o segundo melhor desempenho do indicador desde o início da pandemia, ficando atrás apenas de janeiro de 2021, que registrou 75% da média de voos pré-pandemia. O presidente da Abear, Eduardo Sanovicz, avalia que a vacinação contra a covid-19 está influenciando na demanda no setor aéreo. "A imunização está avançando, com boa parte dos maiores de 18 anos já imunizados com a primeira dose em diversas localidades. A chegada da vacina para mais públicos é essencial para mantermos essa escalada nos números", disse Sanovicz.

Caixa distribuirá R$ 8,1 bilhões em lucros do FGTS até o fim do mês

A Caixa Econômica Federal depositará, até 31 de agosto, R$ 8,129 bilhões nas contas dos trabalhadores vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os recursos correspondem a 96% do lucro líquido de R$ 8,467 bilhões do fundo em 2020.

De acordo com os ministérios do Trabalho e Previdência e da Economia, essa distribuição oferecerá ao trabalhador um ganho real de 0,4%, diante de uma inflação de 4,52% em 2020. O objetivo é "além de preservar o poder de compra dos quotistas, incentivar a manutenção de recursos sob as contas vinculadas do FGTS ao ser mais atrativa aos trabalhadores brasileiros, especialmente àqueles que optaram por migrar para a modalidade de saque aniversário, por meio da qual é facultada a movimentação de uma parcela do saldo anualmente no mês de aniversário do trabalhador".

O percentual de distribuição foi aprovado ontem (17) pelo Conselho Curador do FGTS, formado por representantes do governo, das empresas e dos trabalhadores. Com rentabilidade fixa de 3% ao ano, o FGTS tem os rendimentos engordados com a distribuição dos lucros. Dessa forma, para o ano-base 2020, a rentabilidade das contas alcançará 4,92%.

Feita desde 2017, a distribuição ocorre de forma proporcional ao saldo da conta do trabalhador em 31 de dezembro do ano anterior. Quanto maior o saldo, maior o lucro recebido.

FecomercioSP: novo texto da reforma traz melhorias, mas ainda precisa de mudanças

A nova versão do texto da reforma tributária, apesar das melhorias em relação ao texto original encaminhado pelo governo, ainda necessita de alterações, avalia a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). A entidade, que se manifesta mais uma vez contrária à aprovação do Projeto de Lei (PL) 2.337/2021, conhecido como "segunda fase da Reforma Tributária", pontua que o texto provocará aumento da carga tributária, com a possibilidade de chegar a 40,4%, em 2022. Na previsão da Federação, em cenário otimista de redução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a carga alcançaria 39,2%, "além de trazer inseguranças aos empresários e investidores".

A votação do texto está prevista para ocorrer nesta terça-feira. A maior mudança em relação às versões anteriores é a alíquota do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que passa a ser de 6,5% a partir de 2022. Inicialmente, a promessa do relator da proposta, Celso Sabino (PSDB-PA), era de 5%, em 2022, e 2,5%, a partir de 2023. O texto também prevê a redução de até 1,5 p.p da alíquota da CSLL, atualmente em 9%, e que passaria a ser de 7,5%, a partir de 2022.

Segundo a entidade, para atender às reivindicações dos Estados e municípios preocupados com a perda da arrecadação, o relator tem realizado ajustes na alíquota do IRPJ que resultam em grande insegurança às empresas, já que a redução prometida à pessoa jurídica para 2,5% não se concretizou. Nas simulações feitas pela Federação, no caso das empresas enquadradas no lucro real, apenas se a empresa distribuir na faixa de 50% ou menos dos lucros haverá redução da carga tributária, conforme defende o relator.

"Vale ressaltar que as empresas enquadradas no lucro real, e que se beneficiariam, representam uma pequena parcela do total", destaca a FecomercioSP.

Com a alteração dos critérios de isenção do IR sobre a distribuição de lucros e dividendos, a entidade aponta que as empresas enquadradas no lucro presumido e que ultrapassem o limite de faturamento anual de R$ 4,8 milhões serão fortemente prejudicadas pela reforma, com significativo aumento da carga tributária de mais de 10 p.p., de acordo com simulações realizadas. Além do prejuízo, a Federação sugere que as empresas seriam desestimuladas a crescer, já que enfrentariam um aumento abrupto e significativo da carga tributária ao ultrapassar a faixa limite de isenção. Apesar das alterações em relação ao texto original, a FecomercioSP analisa que a proposta está distante do que considera como premissa obrigatória: simplificar o sistema tributário sem implicar em aumento da carga tributária.

Aneel estima que tarifas de energia podem subir, em média, 16,68% no próximo ano

Além do risco de racionamento de energia e apagões, o governo federal terá que lidar com a pressão nas contas de luz durante a corrida eleitoral, quando o presidente Jair Bolsonaro pode tentar a reeleição. Cálculos preliminares da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apontam que as tarifas de energia podem subir, em média, 16,68% no ano que vem, principalmente por conta da crise hídrica que o País enfrenta a pior nos últimos 91 anos.

Para evitar que as contas disparem, a agência reguladora analisa medidas para mitigar os efeitos para os consumidores e manter os reajustes inferiores a dois dígitos. A estimativa foi apresentada pelo superintendente de Gestão Tarifária da agência reguladora, Davi Antunes Lima, segunda-feira, 16, em audiência pública na Comissão de Legislação Participativa da Câmara. Segundo ele, diversos fatores devem contribuir para alta nas tarifas. Com o agravamento da crise hídrica, a Aneel estima que os valores pagos pelos consumidores por meio das bandeiras tarifárias não serão suficientes para cobrir as despesas com as térmicas. A previsão é que a Conta Bandeiras feche o ano com déficit de R$ 8 bilhões, que deverão ser repassados aos consumidores em 2022. Pesam também os custos das medidas aprovadas pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), que somariam entre R$ 2,4 bilhões e R$ 4,3 bilhões, segundo a Aneel. A alta do dólar, que impacta o valor da energia da Itaipu Binacional, e o reajuste de contratos antigos de 17 distribuidoras atrelados ao IGP-M também devem pressionar as tarifas. De julho de 2020 a junho de 2021, o indicador subiu 35,75%.

Antunes reconheceu que as tarifas estão pressionadas e afirmou que a agência reguladora já analisa medidas para mitigar os impactos nas tarifas no ano que vem. "A meta que a Aneel tem esse ano, que é logo depois da pandemia, um ano bastante difícil tanto pelo ponto de vista do consumidor quanto do ponto de vista da crise energética é buscar reajustes tarifários inferiores a dois dígitos", disse.

Na tentativa de atenuar os reajustes, a agência estuda uma série de medidas, entre elas antecipar para 2022 o aporte de recursos da privatização da Eletrobras para reduzir os encargos pagos pelos consumidores, que somariam R$ 5 bilhões, e postergar novamente o pagamento da parcela de remuneração das distribuidoras. "Com essas medidas adicionais a gente prevê um impacto, isso é uma previsão ainda, de 10,73% na conta ao invés daqueles 16%.

Sem acordo para votação, Estados pedem rejeiçao de PL da reforma do IR

Sem acordo para a votação do projeto que altera o Imposto de Renda, os Estados divulgaram uma nova carta aberta ontem, 17, contra o projeto. No documento, o Comitê Nacional de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz) pediu aos deputados que rejeitassem o projeto na votação marcada para ontem, no plenário da Câmara. Os Estados dizem que é preciso reagir a essa perda "inadmissível" de receitas que levará os governos regionais à insolvência fiscal, agravando os efeitos da crise econômica.

Na carta, divulgada no período da manhã, os Estados advertem os deputados de que a decisão de impor perdas agora aos governos regionais, com a aprovação do projeto, será cobrada no futuro com o comprometimento dos serviços públicos.

Os Estados dizem que não podem aceitar que, mesmo após uma série de reuniões, debates, articulações e esforço de consenso, junto ao relator, Celso Sabino (PSDB-PA), e ao Ministério da Economia, nenhuma de suas sugestões que evitariam prejuízo federativo tenha sido considerada no último texto protocolado por Sabino.

"Postulamos a rejeição deste substitutivo para poder garantir à população dignidade e serviços públicos que condigam com as expectativas democráticas dirigidas aos governos estaduais", diz o documento.

PIB recua 0,3% do primeiro para o segundo trimestre, aponta FGV

O Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país) teve queda de 0,3% na passagem do primeiro para o segundo trimestre. O dado é do Monitor do PIB, divulgado ontem (17) pela Fundação Getulio Vargas (FGV). "A economia apresentou retração de 0,3% no segundo trimestre comparado ao primeiro, evidenciando que houve certo otimismo com o resultado do primeiro trimestre, mostrando que ainda há um longo caminho para a retomada mais robusta da economia", disse o coordenador da pesquisa, Claudio Considera.

O levantamento mostra que, na comparação com o segundo trimestre de 2020, no entanto, o PIB apresentou uma alta de 12,1%.

Considerando-se apenas o mês de junho, houve alta de 1,2% em relação a maio e de 10,1% na comparação com junho do ano passado.

A alta de 12,1% na comparação do segundo trimestre com o mesmo período do ano passado foi puxada pela formação bruta de capital fixo, isto é, os investimentos, que avançaram 35,2% no período, e pelo consumo das famílias, que cresceu 12,5%.

Também houve alta nas exportações (12,9%), mas de forma mais moderada do que nas importações (36,7%).

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Em evento, Pacheco pede estabilidade entre os Poderes e fim das divergências

Em meio às rusgas entre o presidente Jair Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), voltou a pedir estabilidade entre os Poderes para que se possa discutir o crescimento do País. Para ele, as "divergências" precisam ser dirimidas com os mecanismos da democracia, sem risco de ruptura institucional. "No Congresso Nacional, tenho buscado não cessar o diálogo e dar às divergências entre instituições o trato democrático. Sacrificar preceitos institucionais seria intolerável", afirmou Pacheco nesta terça-feira em evento virtual promovido pelo Santander Brasil. "Nosso trabalho é buscar não acirrar, não jogar lenha na fogueira, mas aparar arestas". Na segunda-feira, 16, Pacheco já tinha se posicionado a favor da harmonia entre os Poderes, dessa vez nas redes sociais, assim como fez o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). "Fechar portas, derrubar pontes, exercer arbitrariamente suas próprias razões são um desserviço ao País", publicou o presidente do Senado.

Operação da PF prende cúpula da Secretaria de Administração Penitenciária do Rio

A Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã de ontem, 17, a Operação Simonia com o objetivo de desarticular suposto esquema criminoso na cúpula administrativa da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) do Estado do Rio de Janeiro. O chefe da pasta, Raphael Montenegro, foi preso durante a ofensiva, assim como o subsecretário Wellington Nunes da Silva e o superintendente Sandro Farias Gimenes.

A Simonia mira em supostas negociações espúrias entre a cúpula da Seap do Rio e líderes "de facção criminosa com atuação internacional no tráfico de drogas".

As apurações indicam que os crimes sob suspeita "foram praticados em troca de influência sobre os locais de domínio destes traficantes e outras vantagens ilícitas", diz a PF.

Sobre a cúpula da Seap fluminense recaem três suspeitas principais: a de agentes públicos terem realizado "diversas diligências para viabilizar o retorno de criminosos custodiados na Penitenciária Federal de Catanduvas, no Paraná, para o Rio; a de servidores terem "franqueado a entrada de pessoas e itens proibidos em unidades prisionais estaduais"; e a de funcionários públicos terem "realizado a soltura irregular de criminoso de altíssima periculosidade, contra quem havia sabidamente mandados de prisão pendentes de cumprimento".

Cerca de 40 agentes cumprem três mandados de prisão temporária e cinco de busca e apreensão no Rio de Janeiro, em Nova Iguaçu e em Duque de Caxias. As ordens foram expedidas pela Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2).

De acordo com a PF, a investigação é desenvolvida em conjunto com o Ministério Público Federal e o Departamento Penitenciário Federal. O nome da ofensiva, "Simonia", faz referência a "uma prática medieval em que detentores de cargos trocavam benefícios ilegítimos por vantagens espúrias", diz a corporação.

Bolsonaro diz que vetará 'Fundão' na íntegra se for impedido de cortar 'excesso'

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que vai vetar o fundo eleitoral, o "Fundão", na íntegra caso seja impedido de cortar o que exceder a lei de 2017 de reajuste ao projeto. De acordo com o chefe do Executivo, a ordem dada por ele foi vetar tudo o que extrapolar aquilo previsto em 2017, uma vez que não quer gerar atritos com a Câmara dos Deputados ou o Senado. "Mas vamos supor que não seja possível porque está em um artigo só, então vete tudo", declarou Bolsonaro à Rádio Capital Notícia - Cuiabá/MT, na manhã de ontem (17).

O chefe do Executivo voltou a declarar que "temos que cumprir a lei" e, não pode vetar ou sancionar "qualquer coisa sem responsabilidade". "Se eu sancionar o que não devo ou vetar o que não posso, estou em curso em crime de responsabilidade", afirmou. Apesar da justificativa utilizada por Bolsonaro, não há obrigação por parte da Presidência da República de reajuste mínimo do chamado "Fundão" pela inflação. Se o presidente confirmar o veto à regra aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o valor ficará em aberto.

Estado de São Paulo libera eventos, museus e feiras

A partir de ontem (17), o governo de São Paulo liberou a retomada de eventos sociais, feiras corporativas e reabertura de museus, que estavam proibidos desde o início da pandemia de covid-19.

No entanto, a liberação segue condicionada ao controle de público e ao uso obrigatório de máscaras.

Esses eventos também não podem gerar aglomeração. Para o comércio e os serviços não haverá mais limitação de público ou de horário de funcionamento.

Eventos que provoquem aglomeração, como shows, casas noturnas e competições esportivas com público, por exemplo, continuam proibidos no estado.

"A partir de 17 agosto teremos toda a população [adulta do estado de São Paulo] com acesso à primeira dose [de vacina contra a covid-19]. Com isso, eventos sociais, corporativos, culturais e esportivos passam a ser permitidos em um modelo onde não há restrição de ocupação, mas permanece a restrição de distanciamento. Então, o cálculo de ocupação precisa ser realizado, porque não pode haver aglomeração, e as pessoas precisam estar distanciadas. O uso de máscaras permanece", disse a secretária de Desenvolvimento Econômico, Patricia Ellen.

(Foto: EBC)

Eventos que provoquem aglomeração, como shows, casas noturnas e competições esportivas com público, por exemplo, continuam proibidos no estado.

A liberação de atividades começa em um momento em que o estado vem apresentando queda no número de óbitos e de internações por covid-19, graças ao avanço da vacinação. No entanto, isso não significa que a pandemia esteja controlada.

Na semana passada, o estado voltou a apresentar um crescimento no número de casos. Além disso, o número de casos pela variante Delta (inicialmente identificada na Índia) já vem crescendo no estado e pode se tornar prevalente.

A variante Delta foi responsável pelo aumento do número de casos em diversos países do mundo, inclusive na Europa e nos Estados Unidos.

Segundo a secretária, os shows com público em pé, torcidas e pistas de dança vão continuar proibidos no estado até o dia 1º de novembro, quando o governo espera que pelo menos 90% dos adultos de São Paulo tenham concluído o seu esquema vacinal contra a covid-19.

A partir daí, o governo espera liberar todos esses eventos, desde que continue havendo controle de público. "A partir de 1º de novembro será permitido eventos com controle de público, mas que possam ter pessoas em pé e pistas de dança. Lembrando que o distanciamento e o uso de máscara continuam obrigatórios", afirmou.

Barroso: Atravessamos uma turbulência. Mas o avião é seguro e vai pousar em 2022

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, descartou segunda-feira, 16, riscos à democracia brasileira, apesar do atrito entre instituições, em especial, do que chamou de ameaças pelo "populismo extremista, autoritário e golpista". "Gosto de achar que não há risco para a democracia no Brasil porque não há nem em nome de quê se dar um golpe. Falar em perigo comunista é risível no Brasil de hoje", disse o ministro nesta tarde sem citar nomes. Barroso, entretanto, disse que fica um pouco preocupado com o número de vezes em que é perguntado sobre a possibilidade de golpes, mesmo que não haja uma causa que legitime a ruptura democrática. "Verdadeiramente acho que as instituições são sólidas e estamos atravessando uma turbulência. Mas o avião é seguro e vai conseguir pousar em 2022 com tranquilidade. Assim espero, assim desejo e para isso trabalho", afirmou.

Fundo eleitoral - Durante evento promovido pelo Centro de Estudos das Sociedades de Advogados (Cesa), Barroso disse que avalia como positiva a mudança sobre o financiamento de campanha e criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, o "fundão eleitoral", em outubro de 2017. Segundo o ministro, a mudança encerra período de "imoralidade administrativa".

Itamaraty pede envolvimento da ONU em crise do Afeganistão

O Ministério das Relações Exteriores cobrou segunda-feira, 16, o envolvimento direto das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança para intermediação e garantia da segurança na crise gerada pelo retorno do Taleban ao poder no Afeganistão.

"O Brasil espera o rápido engajamento das Nações Unidas para o estabelecimento de canais de diálogo e espera que o Conselho de Segurança possa atuar para assegurar a paz na região", afirmou o Itamaraty. "É essencial assegurar a atuação plena da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA)."

O Itamaraty manifestou "profunda preocupação" com a deterioração da situação no país e com as graves violações de direitos humanos. O governo Bolsonaro relatou "apreensão com o aumento da instabilidade na Ásia Central e seu potencial impacto em outras regiões".

"O governo brasileiro conclama os atores envolvidos a proteger os civis, respeitar o direito internacional humanitário, garantir o acesso desimpedido da ajuda humanitária e respeitar os direitos fundamentais do povo afegão, em especial de mulheres e meninas", escreveu a diplomacia, em recado ao novo regime. "É necessário preservar os ganhos obtidos nas últimas décadas em matéria de proteção de direitos humanos, fortalecimento da democracia e desenvolvimento socioeconômico no Afeganistão."

O Itamaraty confirmou não possuir registro de cidadãos brasileiros residentes ou em trânsito no Afeganistão.

A nota foi o primeiro pronunciamento oficial do governo Jair Bolsonaro sobre a volta dos militantes radicais islâmicos ao controle do Afeganistão, após 20 anos da invasão liderada pelos Estados Unidos e aliados, numa cruzada contra terroristas.

O comunicado da diplomacia brasileira só foi publicado depois de um pronunciamento do presidente norte-americano, Joe Biden.

Em declaração pública, Biden reconheceu erros da campanha, mas defendeu a decisão de retirar as tropas militares até então mantidas no país, o que abriu caminho para os insurgentes tomarem o poder em diversas cidades, entre elas a capital, Cabul.

RJ autoriza aplicar Pfizer caso falte AstraZeneca para segunda dose

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) autorizou a utilização da vacina da Pfizer contra covid-19 como segunda dose para a Oxford/AstraZeneca, no caso de o estado não receber quantidade suficiente desse imunizante. Segundo a SES, a decisão foi publicada segunda-feira (16) em uma nota técnica.

A SES reforça que a intercambiabilidade com essas vacinas só poderá ser realizada se os municípios registrarem falta da vacina Oxford/AstraZeneca para completar o esquema vacinal de quem já recebeu esse imunizante na primeira dose.

Segundo a SES, a decisão foi tomada em conjunto com a equipe de especialistas do Conselho de Análise Epidemiológica que assessora a Vigilância estadual. A vacina Oxford/AstraZeneca é produzida no Brasil pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Apesar de poder produzir mais de 1 milhão de doses por dia, o instituto tem sua capacidade limitada pela disponibilidade do ingrediente farmacêutico ativo (IFA), que precisa ser importado da China.

Bio-Manguinhos já iniciou o processo de transferência de tecnologia para se tornar autossuficiente na produção do insumo, mas os primeiros lotes da vacina produzida com IFA nacional só devem ficar prontos no quarto trimestre deste ano.

Até a semana passada, a Fiocruz já havia produzido e entregado 80,5 milhões das 100,4 milhões de doses previstas no acordo de encomenda tecnológica com a AstraZeneca. A fundação já encomendou IFA para mais doses e prevê reforçar a produção com o ingrediente farmacêutico ativo nacional.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EUA dizem estar focados em garantir segurança do aeroporto de Cabul

Os Estados Unidos estão concentrados em proteger o aeroporto de Cabul e mais forças norte-americanas chegarão o local, disse o vice-conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Jon Finer, à medida que as pessoas tentam fugir do Afeganistão um dia depois de insurgentes do Talibã tomarem o poder.

Os Estados Unidos suspenderam temporariamente todos os voos de retirada de pessoal de Cabul para remover as pessoas que se aglomeraram no pátio do aeroporto, disse um oficial de defesa dos EUA à Reuters, mas sem informar quanto tempo duraria a interrupção.

O oficial de defesa disse que os Estados Unidos pretendem tirar do Afeganistão dezenas de milhares de afegãos em risco que trabalharam para o governo dos EUA e irão abrigá-los temporariamente em Fort McCoy, em Wisconsin, e Fort Bliss, no Texas.

Cinco pessoas morreram no caos no aeroporto de Cabul na segunda-feira, segundo testemunhas, enquanto as pessoas tentavam fugir do país depois que os insurgentes do Talibã tomaram Cabul e declararam o fim da guerra contra forças estrangeiras e locais.

(Foto: EBC)

O oficial de defesa disse que os Estados Unidos pretendem tirar do Afeganistão dezenas de milhares de afegãos em risco que trabalharam para o governo dos EUA.

Os Estados Unidos estão intensamente focados em proteger o aeroporto de Cabul nesta segunda-feira, disse o vice-conselheiro de Segurança Nacional, Jon Finer, à MSNBC.

O objetivo era continuar os voos de retirada de civis para cidadãos norte-americanos no Afeganistão, afegãos que trabalharam ao lado dos EUA nos últimos 20 anos e para outros afegãos particularmente vulneráveis, disse ele.

Os insurgentes do Talibã assumiram o controle da capital afegã, Cabul, no domingo, depois da derrota do Exército afegão apoiado pelos Estados Unidos quando as forças estrangeiras se retiraram do Afeganistão.

O Pentágono fornecerá moradia temporária nos Estados Unidos para até 22.000 afegãos que se inscrevam para vistos especiais de imigração, disponíveis para tradutores e outros que ajudaram o governo dos EUA no Afeganistão.

Cientistas veem China com papel central e não creem em Talibã moderado

Cientistas que estudam a geopolítica no Oriente Médio consideram que é preciso olhar com cautela para as promessas de moderação do Talibã.

Também questionam os resultados obtidos pelos Estados Unidos (EUA) durante a ocupação que durou 20 anos e avaliam que os desdobramentos na região vão depender de como a China irá se movimentar diante do retorno do grupo extremista ao poder no Afeganistão.

"Estamos vendo algumas mudanças importantes. O grupo que foi derrubado pelos Estados Unidos há 20 anos está agora virando governo e, inclusive, sendo reconhecido por alguns países, como é o caso da China.

Durante muito tempo, nas discussões sobre a geopolítica da região, se debatia o papel dos Estados Unidos, da Rússia, da Inglaterra.

Pela primeira vez, precisamos entender qual será o papel chinês e qual vai ser a política chinesa para a região. Já está claro que os chineses vão negociar com os talibãs", observa Fernando Luz Brancoli, pesquisador e professor do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Mais cedo, a China acenou para o novo governo afegão. A porta-voz da diplomacia chinesa, Hua Chunying, disse que o país respeita o direito do povo afegão de decidir seu próprio destino e deseja seguir mantendo relações amistosas e de cooperação com o Afeganistão.

Biden admite que crise no Afeganistão estourou antes do previsto

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, admitiu segunda-feira, 16, que o colapso no Afeganistão se deu antes do que o governo americano previa. "Eu sempre prometi ser direto com a população americana. A verdade é: o colapso se desdobrou antes do que antecipávamos", disse segunda-feira, em coletiva à imprensa. Após receber uma série de críticas, o presidente rebateu afirmando sustentar sua posição. Este é seu primeiro discurso desde que o grupo fundamentalista islâmico Taleban tomou Cabul, neste fim de semana.

Biden disse ainda que a missão da tropa americana foi cumprida, uma vez que nunca foi criar uma democracia centralizada no Afeganistão. "Nosso único interesse nacional vital no Afeganistão continua sendo o que sempre foi: prevenir um ataque terrorista em terras americanas", disse. O presidente afirmou que os EUA lutarão pela diplomacia e pelo combate ao terrorismo

Em seu discurso, o líder americano reforçou que as ações de sua gestão em relação ao conflito são uma continuidade de governos anteriores. "A escolha que eu tive que fazer foi entre continuar nesse acordo ou voltar para a luta contra o Taleban", afirmou Biden, referindo-se ao acordo feito entre o ex-presidente dos EUA, Donald Trump, e o grupo afegão. Segundo o acordo, o governo americano teria até 1º de maio para retirar suas tropas do Afeganistão.

Haiti: tempestade diminui esperança de encontrar sobreviventes

(Foto: EBC)

A depressão tropical Grace chegou às regiões do sudoeste haitiano mais assoladas pelo tremor, atingindo cidades arrasadas com ventos fortes e chuvas torrenciais e causando inundações.

A depressão tropical Grace

Chuvas pesadas atingiram o Haiti na noite de segunda-feira (16), complicando os esforços de resgate e encharcando milhares de pessoas que foram desabrigadas pelo terremoto devastador do último sábado (14). A esperança de encontrar sobreviventes nos destroços dos prédios que desabaram diminuiu. O forte tremor, de magnitude 7,2, matou pelo menos 1.419 pessoas. A depressão tropical Grace chegou às regiões do sudoeste haitiano mais assoladas pelo tremor, atingindo cidades arrasadas com ventos fortes e chuvas torrenciais e causando inundações.

O terremoto derrubou dezenas de milhares de edifícios do país mais pobre das Américas, que ainda se recupera de um grande sismo de 11 anos atrás, que matou mais de 200 mil pessoas.

O desastre mais recente veio pouco mais de um mês depois de o Haiti mergulhar em uma crise política devido ao assassinato do presidente Jovenel Moise, no dia 7 de julho.

Vários hospitais grandes foram gravemente danificados, dificultando a assistência humanitária, assim como os pontos centrais de muitas comunidades, como igrejas e escolas.

Autoridades haitianas disseram que 1.419 mortes foram confirmadas, e cerca de 6.900 pessoas ficaram feridas.

Mácron anuncia plano europeu para receber imigrantes do Afeganistão

O presidente francês Emmanuel Macron anunciou segunda-feira, 16, uma iniciativa europeia para lidar com os fluxos de imigrantes do Afeganistão que devem ser desencadeados após o Taleban tomar o país.

Num discurso na televisão, Macron alertou que a desestabilização do Afeganistão pode gerar fluxos migratórios irregulares e afirmou que embora a França continue a proteger "os mais ameaçados", a Europa sozinha não pode suportar as consequências da situação real.

"Será lançada uma iniciativa para construir, sem esperar mais, uma resposta robusta, coordenada e unida", afirmou Macron em seu discurso. O presidente disse que já conversou sobre o plano com a chanceler alemã, Angela Merkel.

Macron prometeu "luta contra os fluxos irregulares, solidariedade no esforço e harmonização dos critérios de proteção e a cooperação com os países de trânsito e de acolhimento", o que poderia incluir acordos com Paquistão, Turquia e Irã, por exemplo.

O presidente francês afirmou que neste momento a urgência absoluta é colocar em segurança os franceses que ainda estão no Afeganistão, assim como os afegãos que trabalharam para a França.

No Afeganistão, avião Super Tucano cai em mãos jihadistas

Nos últimos quatro anos, a aviação militar do Afeganistão vinha lançando bombas e foguetes contra instalações do Taleban utilizando aviões brasileiros Super Tucano, de ataque leve. Com a volta ao poder dos extremistas, parte da frota de 26 turboélices A-29 - 24 em operação - passa em princípio ao controle dos radicais islâmicos.

As aeronaves ficavam estacionadas em duas bases afegãs, em Cabul e Mazar-i-Sharif, a principal do país, onde também estavam os helicópteros americanos Blackhawks, os russos MI-17, um número desconhecido de drones. Mazar-i-Sharif foi invadida e controlada pelo Taleban na quinta-feira passada. No fim de semana, a milícia também passou a dominar a base de Cabul.

O plano inicial era que pilotos afegãos e americanos levassem toda a frota para o Paquistão, na terça-feira passada, o que aparentemente não deu certo. Pelo menos um esquadrão de 12 Super Tucanos foi transferido para um país da região. No entanto, uma foto que circulou pelas redes sociais mostrou militantes do Taleban à frente de um Super Tucano. Portanto, não está totalmente claro para onde ou o que foi removido antes de Mazar-i-Shair cair sob o poder dos radicais.

Do ponto de vista tático, a primeira atitude seria destruir as aeronaves. Havia uma expectativa do envio de dois bombardeiros americanos B-52 para que destruíssem o espólio militar, evitando que ele caísse nas mãos dos radicais, mas o plano também não foi adiante.

Em seu poder de fogo, os Super Tucanos podem levar mais de 150 combinações de armamentos - por exemplo, foguete e combustível ou mísseis e foguetes - com uma capacidade de até 1,5 tonelada. Todas as aeronaves são equipadas com 2 metralhadoras .50 mm. As aeronaves, também usadas para treinamento de pilotos e missões de inteligência, foram adquiridas por meio de linhas de crédito do governo dos EUA, no âmbito do programa de reconstrução das Forças Armadas afegãs. O contrato da compra de 26 aeronaves, estimado em US$ 560 milhões, é resultado de um acordo trinacional - partes de cada unidade são produzidas pela Embraer, no Brasil, e depois enviadas para a fábrica do consórcio Embraer Defesa e Segurança (EDS) e grupo americano Sierra Nevada Corporation (SNC), parceiro local da empresa brasileira em Jacksonville, na Flórida, para a integração e instalação de componentes. Só depois elas foram entregues ao Afeganistão.

Taleban mantém relação mais discreta com Al-Qaeda, após dar abrigo a Bin Laden

O Taleban foi expulso do poder pela invasão americana de outubro de 2001 por darem abrigo a integrantes da Al-Qaeda, responsável pelos atentados do 11 de Setembro daquele ano. Agora, de volta ao poder em Cabul, devem adotar posição mais prudente, embora seus vínculos com a rede terrorista criada por Osama bin Laden possam continuar fortes. Quando negociaram em 2020 o acordo com o governo de Donald Trump, que levou à saída das forças ocidentais do país após 20 anos de guerra, os taleban prometeram que não protegeriam os combatentes da Al-Qaeda e não permitiriam que o território afegão fosse usado para o planejamento de ataques terroristas no exterior. Mas essa promessa não convence ninguém. "Os taleban nunca foram sinceros sobre a ruptura de suas relações com a Al-Qaeda e nunca deveríamos ter acreditado neles", afirmou Michael Rubin, ex-funcionário do Pentágono e pesquisador do centro de estudos do conservador American Enterprise Institute.

"Não estamos falando de dois grupos militares que cortaram suas relações, e sim de irmãos ou primos. A presença dos Estados Unidos e da Otan impediu que a Al-Qaeda utilizasse o Afeganistão como um santuário. Não podiam operar livremente. Agora, todas as apostas estão abertas", disse Rubin, em entrevista à agência AFP. As relações entre os dois braços de um Islã político fundamentalista são muito próximas em vários aspectos. Os pais de Sirajuddin Haqqani e do mulá Mohammad Yaqoob, ambos altos dirigentes do Taleban, eram ligados a Bin Laden. O líder religioso taleban Haibatullah Akhundzada foi elogiado como "emir dos fiéis" pelo líder da Al-Qaeda Ayman al-Zawahiri quando foi nomeado em 2016. Edmund Fitton-Brown, coordenador da equipe da ONU responsável por monitorar o Estado Islâmico, a Al-Qaeda e os taleban, afirmou em fevereiro, em uma entrevista ao canal americano NBC, acreditar que a direção da Al-Qaeda seguia "sob a proteção" dos Taleban. No entanto, a natureza real de seus vínculos ainda deve ser definida. Os taleban não podem cometer o mesmo erro de 20 anos atrás, sob risco de violentas represálias ocidentais, ou inclusive de isolamento da China ou Rússia, que muitos acreditam que reconhecerão rapidamente o novo regime.

EUA: após saída do Afeganistão, compromisso com aliados segue o mesmo

O Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Jake Sullivan, afirmou ontem, que após a saída do Afeganistão, o compromisso com aliados segue sendo o mesmo que anteriormente, como no caso de Israel e Taiwan. Questionado sobre a possibilidade de Taipei perder apoio de Washington após os recentes movimentos na Ásia Central, o conselheiro afirmou em coletiva de imprensa que "são casos diferentes", e reforçou ainda a presença de tropas americanas na Coreia do Sul e na Europa.

"Imagens foram de cortar o coração, mas ações foram necessárias", afirmou Sullivan sobre os recentes desenvolvimentos em Cabul, indicando que o presidente Joe Biden "não estava preparado para seguir com americanos morrendo nesta guerra". O foco agora deve ser na evacuação, segundo o conselheiro, que disse que há tratativas com o Taleban para permitir a retirada de civis do país. Sobre os comentários do grupo sugerindo uma moderação, Sullivan afirmou que não é questão de confiança, mas de verificação, e que "veremos o que o Taleban fará nos próximos dias". Quanto aos desenvolvimentos, "temos responsabilidade pelas decisões, mas outros parceiros também estavam envolvidos", afirmou, indicando que "vamos analisar toda a operação e veremos o que poderia ter ocorrido melhor e nossas fraquezas". "Seguimos comprometidos em combater o terrorismo", segundo Sullivan, que indicou que os EUA são "bem sucedidos" em suprimir atividades extremistas em uma série de países "sem presença militar de tropas e nem entrar em uma guerra civil". Ainda na coletiva, a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki, afirmou que as doses de reforço da vacina contra a covid-19 serão discutidas pela administração, e que mais informações devem ser divulgadas amanhã, incluindo uma declaração de Biden.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

Fux determina que Município de Boa Vista (RR) forneça documentos solicitados por CPI local

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, restabeleceu a requisição de documentos formulada pela Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada na Câmara Municipal de Boa Vista (RR) para investigar denúncias de superfaturamento na contratação de funcionários para execução de serviços de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos sólidos. A medida, deferida na Suspensão de Segurança (SS) 5503, susta os efeitos de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJ-RR) que havia suspendido a solicitação de documentos ou contratos relativos às gestões municipais anteriores (2013/2020) pela comissão.

Na ação, a Câmara Municipal de Boa Vista explica que a CPI requisitou à Prefeitura Municipal a apresentação de documentos relativos a processos administrativos de contratação dos serviços desde 2013. O município, no entanto, pediu a suspensão da requisição, ao fundamento de que a CPI não poderia requisitar processos licitatórios relativos à gestão passada, e obteve a tutela provisória de urgência. Segundo a Câmara Municipal, a decisão impede o exercício das funções do Legislativo ao vedar o acesso a documentos essenciais para o prosseguimento das investigações da CPI.

Ao atender ao pedido, o presidente do STF afirmou que, de acordo com o princípio da separação dos poderes, o controle exercido pelo Poder Judiciário sobre a atuação da CPI deve se limitar à garantia dos delineamentos constitucionais que regem o instituto, além de direitos fundamentais de eventuais investigados.

STF elege membros para o CNJ amanhã (19)

Em sessão administrativa marcada para as 14h de AMANHÃ(19), o Supremo Tribunal Federal (STF) escolherá dois nomes para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As vagas são destinadas a desembargador de Tribunal de Justiça e a juiz estadual, em decorrência da proximidade do término do mandato de seus atuais ocupantes. Em conformidade com o previsto na Resolução 503/2013, o STF disponibilizou a lista dos magistrados e os links para os respectivos currículos. Na sessão, caberá a cada ministro e ministra votar no nome de um magistrado por vaga.

Procedimentos - O processo de seleção teve início em 28/6, com a publicação do edital de convocação no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) do STF. A indicação de um desembargador de TJ e um juiz estadual para compor o CNJ está prevista no artigo 103-B, incisos IV e V, da Constituição Federal. Os ministros do Supremo poderão apresentar nomes de magistrados, independentemente da inscrição voluntária disciplinada na resolução.

O magistrado que obtiver maioria absoluta dos votos será indicado. Caso nenhum alcance a maioria absoluta de votos, será realizada nova votação, em que concorrerão os candidatos que tenham obtido as duas maiores votações na etapa anterior. Na segunda etapa, será indicado o magistrado que obtiver a maioria simples dos votos e, no caso de empate, o mais antigo na carreira será escolhido.

Os nomes dos escolhidos serão publicados no DJe e no site do Supremo.

Ex-presidente da Codesp tem HC negado

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (julgou inviável) o Habeas Corpus (HC) 192005, impetrado pelo engenheiro J.A.B.O., ex-presidente da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) - atual Autoridade Portuária de Santos S/A., que administra o Porto de Santos (SP), contra a imposição de medidas cautelares. Ele é investigado pela suposta prática dos crimes de corrupção ativa e passiva, associação criminosa e fraude à licitação no âmbito da "Operação Tritão", que apura irregularidades em contratos da Codesp.

Os advogados alegavam excesso de prazo na duração do inquérito, uma vez que a investigação policial foi realizada durante mais de dois anos. Além da revogação de medidas cautelares, pediam a redução da fiança, fixada em R$ 150 mil. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que as medidas cautelares eram necessárias, pois J.A.B.O. é investigado por suposta participação em organização criminosa voltada à prática de crimes contra a administração pública. Também considerou que o tempo de duração da investigação seria razoável e que a revisão do valor fixado de fiança seria inviável por meio de habeas corpus.

Grave conduta - Em outubro de 2020, o ministro Fachin havia indeferido a liminar. Ao decidir o mérito, ele concluiu que a decisão do STJ está suficientemente fundamentada. Segundo o relator, a corte analisou as particularidades da conduta imputada ao engenheiro e, ao final, concluiu pela inviabilidade da revogação das medidas cautelares.

Governador da Paraíba questiona bloqueio de verbas da PBTur para pagamento de indenizações trabalhistas

O governador da Paraíba, João Azevêdo Lins Filho, ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 873, a fim de que seja reconhecida a impossibilidade do bloqueio, em execuções judiciais, de bens e valores da Empresa Paraibana de Turismo S/A (PBTur). A ação foi distribuída ao ministro Luís Roberto Barroso.

Segundo o Executivo paraibano, as decisões do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJ-PB), em primeira e segunda instâncias, violariam o regime especial para pagamento de crédito de precatórios (artigo 100 da Constituição Federal). A PBTur e a PBTur Hotéis, sua subsidiária, são, de acordo com o governador, responsáveis pela execução de serviço público essencial, em regime não concorrencial, e, portanto, gozariam das prerrogativas típicas da Fazenda Pública.

Outro argumento apontado pelo governador é o risco de lesão à economia pública, considerando que o valor das indenizações gira em torno de R$ 25 milhões, e o potencial efeito multiplicador das execuções. Os bloqueios e penhoras estariam, ainda, comprometendo a coordenação de todo o sistema estadual de hotelaria e atividades afins no estado.

Com o argumento de que a jurisprudência do Supremo proíbe o bloqueio de verbas públicas para quitação de dívidas trabalhistas, o governo pede, também, medida liminar para suspender o efeito das decisões e a devolução dos bens já afetados.

Professor e escritor Otávio Luiz Rodrigues Jr. fala sobre Direito Civil no STF

O projeto Autor em Foco, do Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu, nesta sexta-feira, o professor e escritor Otávio Luiz Rodrigues Jr. Na terceira edição do evento, realizada virtualmente sob a organização da Biblioteca Victor Nunes Leal, ele apresentou seu livro "Direito Civil Contemporâneo: Estatuto Epistemológico, Constituição e Direitos Fundamentais" e disse que esse talvez seja "o mais humano de todos os direitos".

Otávio Luiz Rodrigues Jr. é professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), membro do Conselho Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Capa impactante - No início do encontro, o professor comentou a capa de sua obra: uma foto histórica que registra homens na biblioteca da Holland House, em Londres, bombardeada por alemães durante a Segunda Guerra Mundial. "A foto reflete homens que, em meio à barbárie, leem livros", observou. Segundo Otávio Jr., a ideia que procura estabelecer é que, em meio à crise da dogmática, ainda há espaço para a busca da alta literatura jurídica em Direito Civil.

Espaços mágicos - O professor também expõe, no livro, a intimidade com as bibliotecas. A Biblioteca Victor Nunes Leal, do STF, uma das que contribuíram para o seu trabalho, é a seu ver, talvez seja a melhor biblioteca sobre Direito privado do país. "Tenho uma relação antiga e peculiar com as bibliotecas. Ninguém pode construir suas teses sem um percurso entre elas", afirmou. Para ele, os livros são um convite à celebração e ao amor que é preciso ter em relação a esses "espaços mágicos".

(Foto: Senado)

Convidado do projeto Autor em Foco, ele explicou o processo de produção de sua obra sobre Direito Civil contemporâneo.

Transformações - Na obra, ele mostra as diversas transformações do Direito Civil desde os anos 1930, sugere quais são as causas da crise desse ramo e discute a distinção entre Direito público e Direito privado. Também fala da constitucionalização do Direito privado, especialmente do civil, além de apontar como e em que medida os direitos fundamentais incidem na relação entre particulares. Durante a conversa, Otávio Luiz Rodrigues Jr contou que o livro é resultado de uma tese apresentada em dezembro de 2017 no Largo São Francisco, cuja primeira edição foi publicada em 2019. Ao falar sobre o processo de idealização e produção de sua obra, o professor disse que Portugal e Alemanha, onde também estudou, foram duas grandes referências para a coleta de dados do trabalho, ao longo de quase 20 anos.

O autor deixou conselhos para a nova geração de civilistas e concluiu que o Direito Civil oferece muitas emoções, alegrias e tristezas, pois acompanha as pessoas desde o momento em que nascem até a sua morte. "Talvez, este seja o mais humano de todos os direitos", declarou.

Ministro Barroso determina devolução de passaporte de Henrique Pizzolato

(Foto: EBC)

Condenado no mensalão, Pizzolato cumpriu exigências de decreto presidencial e teve a pena privativa de liberdade extinta em 2020. Obrigação de pagar multa está mantida.

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu parcialmente pedido da defesa de Henrique Pizzolato, ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil, e determinou a devolução de seu passaporte. A retenção do documento e a proibição de se ausentar do país foram determinadas cautelarmente no curso da Ação Penal (AP) 470 (Mensalão), mas, extinta a pena privativa de liberdade, não há mais razão para a restrição à liberdade de ir e vir.

Condenado a 12 anos e sete meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 530 dias multa pelos crimes de corrupção passiva, peculato e lavagem de dinheiro, Pizzolato teve a punibilidade da pena privativa de liberdade extinta, em dezembro de 2020, por se enquadrar nos requisitos do indulto presidencial de 2017. Um pedido anterior de extinção da punibilidade havia sido negado exatamente porque não fora comprovado o pagamento da multa ou seu parcelamento.

Multa - Na decisão, tomada na Execução Penal (EP) 10, o ministro reafirmou o dever de Pizzolato de realizar o pagamento integral da pena de multa. "O condenado tem o dever jurídico – e não a faculdade – de pagar integralmente o valor da multa", afirmou. Barroso explicou que, embora a multa penal tenha natureza de sanção criminal, com a inscrição em dívida ativa, ela se torna dívida de valor, aplicando-se as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública (artigo 51 do Código Penal). Ele determinou que as providências de regularização do parcelamento sejam adotadas diretamente nos autos da execução penal que tramita na Vara de Execuções Penais do Distrito Federal e que somente após a sua total quitação a pena pode ser considerada extinta.

Juíza rejeita queixa-crime de Aras contra professor da USP que o criticou

A Justiça Federal da 1.ª Região rejeitou a queixa-crime apresentada pelo procurador-geral da República Augusto Aras contra o professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e colunista da Folha de S. Paulo Conrado Hübner por críticas nas redes sociais e em um artigo publicado no jornal. Aras atribuiu ao jurista os crimes de calúnia, injúria e difamação.

Ao analisar o caso, a juíza Pollyanna Kelly Maciel Medeiros Martins Alves, substituta da 12.ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, concluiu que, apesar do 'dissabor' do procurador-geral, as manifestações estão dentro dos limites da liberdade de expressão 'e não do aviltamento ou insulto'.

"O direito de liberdade de expressão dos pensamentos e ideias consiste em amparo àquele que emite críticas, ainda que inconvenientes e injustas. Em uma democracia, todo indivíduo deve ter assegurado o direito de emitir suas opiniões sem receios ou medos, sobretudo aquelas causadoras de desconforto ao criticado", diz um trecho da decisão tomada domingo, 15.

A juíza destacou ainda que os ocupantes de cargos públicos estão sujeitos se tornarem alvo de publicações, críticas ou não.

"Mister ressaltar que a liberdade de expressão e a imprensa livre são pilares de uma sociedade democrática, aberta e plural, estando quem exerce função pública exposto a publicações que citem seu nome, seja positiva ou negativamente", afirmou.

As publicações questionadas por Aras foram feitas em janeiro deste ano, no contexto da pandemia do coronavírus. Nas postagens, Hübner se referiu a Aras como 'poste geral da República' e 'servo do presidente da República'. Já o artigo publicado na Folha de S. Paulo tem como título: 'Aras é a antessala de Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional'.

Ministro Alexandre de Moraes extingue punibilidade de Daniel Silveira por desacato a servidora do IML

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), declarou extinta a punibilidade do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) pelo cumprimento integral da pena de desacato (artigo 331 do Código Penal) envolvendo perita legista do Instituto Médico Legal (IML) do Rio Janeiro. O ministro foi informado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que Silveira pagou integralmente a multa de R$ 20.177,91, fixada no acordo de transação penal firmado entre a PGR e o parlamentar, e determinou o arquivamento imediato do Inquérito (INQ) 4863, em que Silveira também foi investigado por infração de medida sanitária (artigo 268 do Código Penal).

Arquivamento - Os fatos ocorreram em fevereiro deste ano, na noite em que Silveira foi preso em flagrante por crime inafiançável (crimes previstos na Lei de Segurança Nacional), por determinação do ministro Alexandre de Moraes. Na sede do IML, ele desacatou a legista ao lhe dirigir expressões ofensivas e se recusou a usar máscara.

No relatório final, a Polícia Federal apontou que, ainda que tenha oferecido resistência inicial ao uso da proteção facial por cerca de três minutos, tempo em que houve a discussão, o deputado, após a intervenção da autoridade policial responsável pela escolta, colocou a máscara, e o exame médico legal prosseguiu sem maiores intercorrências. Por esse motivo, considerou que a conduta, em tese, não se enquadra no artigo 268 do Código Penal e propôs, em relação a ela, o arquivamento do inquérito.

Audiências - Na Ação Penal (AP) 1044, em que o deputado federal é réu por ameaças nas redes sociais ao STF e seus membros, começou segunda-feira(16) a audiência de instrução para a oitiva de testemunhas. A audiência, realizada por videoconferência, está sendo presidida pelo juiz instrutor do gabinete do ministro Alexandre de Moraes, Airton Vieira.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

EDITAIS DE CASAMENTOS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL 32º SUBDISTRITO DE CAPELA DO SOCORRO

MARÍLIA PATU REBELLO PINHO
Oficial Titular
Faz saber que pretendem se casar e apresentam os documentos exigidos por lei

Conversão de União Estável em Casamento: Bruno Augusto Marques Benetti, estado civil solteiro, profissão empreendedor, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e cinco de maio de mil novecentos e noventa (25/05/1990), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Sérgio Luiz Benetti e de Edna Aparecida Marques Benetti. Sheridan Fernandes Magalhães, estado civil divorciada, profissão administradora, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e sete de julho de mil novecentos e oitenta e quatro (27/07/1984), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Aldenor Vieira Magalhães e de Maria Luiza Fernandes Machado Magalhães.

Conversão de União Estável em Casamento: Edinelson Gavassa, estado civil solteiro, profissão controlador de acesso, nascido em São Paulo, SP no dia quatro de junho de mil novecentos e sessenta e dois (04/06/1962), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Armelindo Gavassa e de Mariza Rocha Pombo. Eliane Maria do Nascimento, estado civil solteira, profissão servente de limpeza, nascida em Recife, PE no dia trinta de setembro de mil novecentos e sessenta e dois (30/09/1962), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Valdemar Lourenço do Nascimento e de Irêne Marcelina do Nascimento.

Daniel do Nascimento Silva, estado civil solteiro, profissão auxiliar de manutenção, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e nove de maio de mil novecentos e noventa e seis (29/05/1996), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Jose Domingos Alves da Silva e de Gleide do Nascimento Silva. Tatiane da Silva Borges, estado civil solteira, profissão autônoma, nascida em São Paulo, SP no dia primeiro de novembro de mil novecentos e oitenta e oito (01/11/1988), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de João Henrique da Silva Borges e de Tereza Malaquias da Silva Borges.

Conversão de União Estável em Casamento: Bruno Nardes dos Santos, estado civil solteiro, profissão porteiro, nascido em São Paulo, SP no dia nove de junho de mil novecentos e noventa e cinco (09/06/1995), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Isaias Marcos dos Santos e de Ione Nardes. Gabriele Teixeira Ramos da Silva, estado civil solteira, profissão auxiliar, nascida em São Paulo, SP no dia onze de julho de dois mil e dois (11/07/2002), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Carlos André Ramos da Silva e de Patricia de Moura Teixeira da Silva.

Henrique Zanardi Francisco, estado civil solteiro, profissão marketing, nascido em São Paulo, SP no dia vinte de fevereiro de mil novecentos e noventa e um (20/02/1991), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Luiz Carlos Francisco e de Rosangela Aparecida Arruda. Gleyce Kelly Almeida Guimarães, estado civil solteira, profissão marketing, nascida em Diadema, SP no dia vinte e oito de fevereiro de mil novecentos e noventa e quatro (28/02/1994), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Antonio Quinto Guimarães e de Marinete Almeida da Silva.

Max Felipe Bispo Silva, estado civil solteiro, profissão motoboy, nascido em São Paulo, SP no dia seis de maio de mil novecentos e noventa e sete (06/05/1997), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Jeferson Gomes Silva e de Vilmaria da Silva Bispo. Raissa Maria Sena, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia seis de agosto de mil novecentos e noventa e seis (06/08/1996), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de João Gonçalves Sena e de Rosa Maria Sena.

Conversão de União Estável em Casamento: Járis Alves de Figuêredo, estado civil divorciado, profissão torneiro mecânico, nascido em Jaicos, PI no dia onze de março de mil novecentos e sessenta e oito (11/03/1968), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Vitalino Alves de Figuêredo e de Francisca Batista de Figuêredo. Francimar Josefa do Monte, estado civil divorciada, profissão doméstica, nascida em Jaicos, PI no dia seis de abril de mil novecentos e setenta e cinco (06/04/1975), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Francisco Manoel do Monte e de Maria Josefa da Conceição.

Conversão de União Estável em Casamento: Carlos Antonio Jeronimo Junior, estado civil solteiro, profissão bombeiro civil, nascido em São Paulo, SP no dia três de maio de mil novecentos e noventa e nove (03/05/1999), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Carlos Antonio Jeronimo e de Jaciana Fonseca da Silva. Simone Santos Leite, estado civil divorciada, profissão bombeiro civil, nascida em Monte Santo, BA no dia vinte e quatro de maio de mil novecentos e oitenta e nove (24/05/1989), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Bernardino de Santana Leite e de Maria Nilza Conceição Santos.

Bruno Geraldo de Jesus, estado civil solteiro, profissão almoxarife, nascido em São Paulo, SP no dia quatro de fevereiro de mil novecentos e noventa (04/02/1990), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Graciliano Jose Geraldo de Jesus e de Alzenir Pereira de Jesus. Edilene Souza Amaral, estado civil solteira, profissão auxiliar de escritório, nascida em São Paulo, SP no dia oito de janeiro de mil novecentos e noventa e seis (08/01/1996), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Joaquim Machado Amaral e de Neuza Luiz de Souza.

Diego Gonzaga da Silva, estado civil solteiro, profissão promotor, nascido em São Paulo, SP no dia onze de dezembro de dois mil e dois (11/12/2002), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Severino Borges da Silva e de Nercina Carlos Gonzaga. Jéssica Emanuela da Silva Sampaio, estado civil solteira, profissão jovem aprendiz, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dois (25/02/2002), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Paulo Sergio Sousa Sampaio e de Maria Nilzete Florentina da Silva.

Conversão de União Estável em Casamento: Lucas da Silva Cruz Mendes, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em São Paulo, SP no dia dez de dezembro de dois mil e um (10/12/2001), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Gileno Ailton da Cruz Mendes e de Marcia Maria Santos da Silva. Bianca Gimenez das Virgens, estado civil solteira, profissão autônoma, nascida em São Paulo, SP no dia doze de julho de dois mil e um (12/07/2001), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Florisvaldo das Virgens e de Shayene Gimenez Azevedo.

Marisvaldo de Jesus Conceição, estado civil solteiro, profissão supervisor de telemarketing, nascido em São Paulo, SP no dia nove de maio de mil novecentos e noventa e seis (09/05/1996), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Divaldo de Jesus Conceição e de Edilene de Jesus Conceição. Ana Caroline Santos Rodrigues, estado civil solteira, profissão auxiliar de enfermagem, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e sete de novembro de dois mil (27/11/2000), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Luis Sergio Rodrigues e de Ana Claudia Calixto Santos.

Marcelo de Souza Rodrigues, estado civil solteiro, profissão construtor de obras, nascido em Guanambi, BA no dia seis de junho de mil novecentos e oitenta e cinco (06/06/1985), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Moisés Rodrigues dos Santos e de Guilhermina Amancio de Souza. Jucilene Abreu da Silva, estado civil solteira, profissão costureira, nascida em Barra da Estiva, BA no dia vinte de novembro de mil novecentos e setenta e dois (20/11/1972), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Leci Abreu de Jesus Silva.

Conversão de União Estável em Casamento: Everton Salú Leite, estado civil solteiro, profissão bancário, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e nove de julho de mil novecentos e noventa e seis (29/07/1996), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José de Ribamar Lima Leite e de Maria Neuza Salú Leite. Eliene Alves de Melo, estado civil solteira, profissão atendente de seguros, nascida em Arapiraca, AL no dia vinte e três de janeiro de mil novecentos e noventa e quatro (23/01/1994), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Antonio Soares de Melo e de Elizabete Alves dos Santos.

Conversão de União Estável em Casamento: Juciê Silva dos Santos, estado civil solteiro, profissão operador de prensa, nascido em Barro Alto, BA no dia vinte e sete de dezembro de mil novecentos e noventa (27/12/1990), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Joaquim João dos Santos e de Maria Rosa da Silva. Josilene Berto Gomes, estado civil solteira, profissão auxiliar de controle de qualidade, nascida em Orós, CE no dia quatorze de maio de mil novecentos e oitenta e cinco (14/05/1985), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Gomes Sobrinho e de Maria Zélia Berto.

Rafael Cardozo da Costa, estado civil divorciado, profissão tecnico hidraulico, nascido em Santos, SP no dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e oitenta e dois (27/11/1982), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Manoel Valente da Costa e de Marta Estela Cardozo da Costa. Daiana Ferraira Bonjardim, estado civil solteira, profissão representante comercial, nascida em Santo André, SP no dia onze de agosto de mil novecentos e oitenta e seis (11/08/1986), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Sergio Bonjardim e de Marcia Ferreira de Souza Bonjardim.

Silloe Souza Santos, estado civil solteiro, profissão desenvolvedor de sistemas, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e nove de maio de mil novecentos e noventa e cinco (29/05/1995), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Nilson Ferreira dos Santos e de Jocelia de Souza Santos. Rafaela de Paiva Silva, estado civil solteira, profissão professora de inglês, nascida em São Paulo, SP no dia cinco de janeiro de mil novecentos e noventa e seis (05/01/1996), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de João José da Silva e de Izabel de Paiva Silva.

Eduardo Souza Santos, estado civil solteiro, profissão vendedor, nascido em São Paulo, SP no dia quinze de setembro de mil novecentos e noventa e um (15/09/1991), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Edesio Virgilino dos Santos e de Maria de Lourdes Duarte Souza. Pâmela Alves da Silva, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Diadema, SP no dia dezenove de julho de dois mil e cinco (19/07/2005), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Israel Ribeiro da Silva e de Marconia Alves dos Santos.

Felipe Pereira da Silva, estado civil solteiro, profissão ajudante geral, nascido em São Paulo, SP no dia sete de maio de mil novecentos e noventa e oito (07/05/1998), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Gemir Alves da Silva e de Maria Aparecida Pereira. Joyce Gomes Santana, estado civil solteira, profissão assistente contábil, nascida em Jandira, SP no dia oito de junho de mil novecentos e noventa e sete (08/06/1997), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Jair Neves Santana e de Neusa Aparecida Gomes.

Conversão de União Estável em Casamento: Paulo Ferreira de Lima Junior, estado civil solteiro, profissão vigilante, nascido em Maraial, PE no dia vinte e seis de julho de mil novecentos e oitenta e dois (26/07/1982), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Paulo Ferreira de Lima e de Maria José de Macêdo. Mércia Lopes Siqueira, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia seis de janeiro de mil novecentos e oitenta e dois (06/01/1982), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Cipriano Siqueira e de Zelia Lopes Siqueira.

Gustavo Henrique Iatalesi Poletto, estado civil solteiro, profissão engenheiro civil, nascido em São Bernardo do Campo, SP no dia oito de setembro de mil novecentos e noventa e quatro (08/09/1994), residente e domiciliado em São Bernardo do Campo, SP, filho de Claudio Ricardo Poletto e de Monica Iatalesi Poletto. Ana Beatriz Lima, estado civil solteira, profissão administradora, nascida em São Paulo, SP no dia oito de maio de mil novecentos e noventa e oito (08/05/1998), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de David Wilson Lima e de Sueli Batista Ferreira Lima.

Vitor Lima Dias, estado civil solteiro, profissão mecânico, nascido em São Paulo, SP no dia doze de setembro de mil novecentos e noventa e cinco (12/09/1995), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Antonio Dias e de Maria Veranilza Lima Dias. Carolaine Dourado Pereira, estado civil solteira, profissão atendente de telemarketing, nascida em Boninal, BA no dia dois de junho de mil novecentos e noventa e sete (02/06/1997), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Marcos Moreira Pereira e de Gileide de Souza Dourado Pereira.

Conversão de União Estável em Casamento: Edvaldo Gonçalves Viana, estado civil divorciado, profissão operador de máquina, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e dois de março de mil novecentos e sessenta e nove (22/03/1969), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Antonio Gonçalves Viana e de Elenita Pereira Viana. Marli de Fatima Pereira Viana, estado civil divorciada, profissão copeira, nascida em Caarapó, MS no dia quatorze de julho de mil novecentos e sessenta e seis (14/07/1966), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Genebaldo Francisco Luiz e de Verginia Pereira de Jesus.

João Rafael de Sá, estado civil solteiro, profissão autonomo, nascido em São Paulo, SP no dia quatorze de julho de mil novecentos e oitenta e oito (14/07/1988), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de João de Deus de Sá e de Zuleide Correia dos Santos. Sarah dos Santos Branco, estado civil solteira, profissão autonoma, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e dois de junho de dois mil (22/06/2000), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Rubens Afonso Branco e de Sueli Pires dos Santos.

Conversão de União Estável em Casamento: Mateus dos Santos, estado civil solteiro, profissão motorista, nascido em São Paulo, SP no dia dois de junho de mil novecentos e noventa (02/06/1990), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Júlio dos Santos e de Lindalva Maria dos Santos. Talita Stefany Almeida Coitim, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e sete de fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco (27/02/1995), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Ricardo Rodrigues Coitim e de Maria Dalva Sousa Almeida.

Addan Rodrigues dos Santos, estado civil solteiro, profissão auxiliar geral de produção, nascido em São Paulo, SP no dia trinta de janeiro de mil novecentos e noventa e cinco (30/01/1995), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Valmir Jose dos Santos e de Telma Cristina Rodrigues Correa. Éllen Estéfane Fernandez da Silva, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Caruaru, PE no dia quinze de setembro de dois mil e um (15/09/2001), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Luciano José da Silva e de Jacqueline Maria Fernandez.

Fredson Silva de Araujo, estado civil divorciado, profissão estoquista, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e oito de dezembro de mil novecentos e oitenta e um (28/12/1981), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Benedito de Araujo e de Maria da Gloria Silva de Araujo. Thais de Araujo Rafael, estado civil solteira, profissão autonoma, nascida em São Paulo, SP no dia nove de outubro de mil novecentos e noventa e três (09/10/1993), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Nilson Antonio Rafael e de Jocelia de Araujo Calado.

Jorge Alberto Vieira de Oliveira, estado civil solteiro, profissão analista de vendas, nascido em São Paulo, SP no dia três de maio de mil novecentos e noventa e sete (03/05/1997), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Jorge Geraldo de Oliveira e de Maria Aparecida Vieira de Oliveira. Paula Karoline da Silva, estado civil solteira, profissão estudante, nascida em São Paulo, SP no dia sete de novembro de mil novecentos e noventa e oito (07/11/1998), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Paulo José da Silva e de Zenilda França da Silva.

William Maciel da Silva, estado civil solteiro, profissão auxiliar de produção, nascido em São Paulo, SP no dia dezoito de março de mil novecentos e noventa e três (18/03/1993), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Valdemir da Silva e de Simone Maciel Gama da Silva. Fabiana Sousa dos Santos, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia seis de novembro de mil novecentos e noventa (06/11/1990), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Paulo Pinto de Souza e de Joanice Sousa dos Santos.

Conversão de União Estável em Casamento: Danilo da Silva Viana, estado civil divorciado, profissão analista de suporte de TI, nascido em São Paulo, SP no dia quatorze de outubro de mil novecentos e oitenta e seis (14/10/1986), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Lopes Viana e de Josina Maria da Silva Viana. Lindinalva Santana Alexandrino, estado civil solteira, profissão líder de caixa, nascida em Itaberaba, BA no dia dezessete de janeiro de mil novecentos e oitenta e quatro (17/01/1984), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Lourival Alves Alexandrino e de Aurea Moreira Santana.

Odinevaldo Araujo da Silva, estado civil divorciado, profissão autônomo, nascido em Canarana, BA no dia dezenove de dezembro de mil novecentos e sessenta (19/12/1960), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Ornelino Araujo da Silva e de Rozina Lemos da Silva. Edileuza Pedrina da Conceição, estado civil solteira, profissão auxiliar de serviços gerais, nascida em Canarana, BA no dia treze de outubro de mil novecentos e sessenta e seis (13/10/1966), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de João Luiz Sobrinho e de Pedrina Maria da Conceição.

Albércio Santos, estado civil divorciado, profissão aposentado, nascido em Buerarema, BA no dia dezenove de novembro de mil novecentos e trinta e oito (19/11/1938), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Custódio Nilo dos Santos e de Júlia Francisca dos Santos. Maria das Graças Pereira, estado civil solteira, profissão aposentada, nascida em Inhapim, MG no dia dezoito de agosto de mil novecentos e cinquenta e dois (18/08/1952), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Antonio Nolasco Pereira e de Inez da Silveira.

Vitor de Jesus Silva, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em São Paulo, SP no dia quinze de junho de mil novecentos e noventa e quatro (15/06/1994), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Manoel Vitoriano da Silva e de Ana Lucia Maria de Jesus da Silva. Sara Tamires Barbosa, estado civil divorciada, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e oito de outubro de mil novecentos e noventa e dois (28/10/1992), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Jose de Assis Barbosa e de Hilda Alves Barbosa.

Elias Lincoln de Santana, estado civil solteiro, profissão metalúrgico, nascido em São Paulo, SP no dia dezesseis de dezembro de mil novecentos e oitenta e seis (16/12/1986), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Erinaldo de Santana e de Maria da Conceição de Santana. Dayane Ariela de Oliveira Silva, estado civil solteira, profissão doméstica, nascida em Maceió, AL no dia treze de agosto de mil novecentos e noventa e três (13/08/1993), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Cicero Batista da Silva e de Ana Lúcia Cândido de Oliveira.

Jefferson Ferreira dos Santos, estado civil solteiro, profissão repositor, nascido em São Paulo, SP no dia quatro de outubro de mil novecentos e oitenta e sete (04/10/1987), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Jesuino Ferreira dos Santos e de Maria Cecilia Araujo dos Santos. Keila Francine Soares, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e quatro de outubro de mil novecentos e oitenta (24/10/1980), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Jorge Soares e de Maria Amelia Ferreira Soares.

Conversão de União Estável em Casamento: Marco Aurélio Godoy, estado civil solteiro, profissão ajudante geral, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e nove de janeiro de mil novecentos e oitenta e nove (29/01/1989), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Nilva Godoy. Jessica Rodrigues da Silva, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e um de março de mil novecentos e noventa e um (21/03/1991), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Rosilene Rodrigues da Silva.

Gustavo Macedo Hortins, estado civil solteiro, profissão assistente financeiro, nascido em São Paulo, SP no dia vinte de abril de mil novecentos e noventa e nove (20/04/1999), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Antonio Reginaldo Hortins e de Silvania Dantas de Macedo Hortins. Maiara Possidonio Jesus, estado civil solteira, profissão atendente comercial, nascida em São Paulo, SP no dia dezenove de setembro de dois mil (19/09/2000), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Daniel Souto Jesus e de Maria Ines Possidonio Jesus.

Gilson Pereira, estado civil solteiro, profissão analista de logística, nascido em São Paulo, SP no dia nove de outubro de mil novecentos e oitenta e um (09/10/1981), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Gilberto Pereira e de Rosalia Pereira. Natalia Lopes da Silva Galelli, estado civil divorciada, profissão técnica de enfermagem, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e sete de agosto de mil novecentos e oitenta e quatro (27/08/1984), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Antônio Carlos Peraçoli Galelli e de Vera Lúcia Lopes da Silva Galelli.

Conversão de União Estável em Casamento: Gabriel Alves de Paula, estado civil solteiro, profissão auxiliar de coleta, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e três de abril de mil novecentos e noventa e nove (23/04/1999), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Fernando Francisco de Paula e de Maria do Socorro Alves de Paula. Klyvia Silva Rodrigues de Souza, estado civil solteira, profissão recepcionista, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e três de dezembro de dois mil e um (23/12/2001), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Dimas Rodrigues de Souza e de Francinete Santos da Silva.

Conversão de União Estável em Casamento: Roberto Tavares, estado civil solteiro, profissão mensageiro, nascido em São Paulo, SP no dia nove de janeiro de mil novecentos e setenta e cinco (09/01/1975), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Francisco Joaquim Tavares e de Maria dos Santos. Alana Ramos Pinheiro, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia primeiro de janeiro de dois mil (01/01/2000), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Gilvando Santos Pinheiro e de Adriana de Deus Ramos.

Luiz Humberto da Silva, estado civil solteiro, profissão armador, nascido em Teofilândia, BA no dia cinco de novembro de mil novecentos e oitenta e sete (05/11/1987), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Agapito da Silva e de Josefina da Silva e Silva. Sueli Almeida de Sousa, estado civil solteira, profissão cozinheira, nascida em Cássia, MG no dia dezoito de agosto de mil novecentos e oitenta (18/08/1980), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Iria de Sousa e de Maria Aparecida Almeida Sousa.

Aelton Antonio Sobrinho, estado civil solteiro, profissão ajudante de máquinas, nascido em Inajá, PE no dia dezesseis de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois (16/02/1992), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Antonio Felix Sobrinho e de Marlene Izabel Filha. Patricia Bispo dos Santos, estado civil solteira, profissão técnica de enfermagem, nascida em São Paulo, SP no dia cinco de maio de mil novecentos e oitenta e sete (05/05/1987), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Pedro Bispo dos Santos e de Maria Salvadora da Costa Santos.

Matheus Malagone Nunes, estado civil solteiro, profissão profissional liberal, nascido em São Paulo, SP no dia cinco de junho de mil novecentos e noventa e sete (05/06/1997), residente e domiciliado em Santana de Parnaíba, SP, filho de José Laerte Nunes e de Vilma Antonia Malagone Nunes. Raquel Machado Piuvezam, estado civil solteira, profissão advogada, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e nove de janeiro de mil novecentos e noventa e sete (29/01/1997), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Helio Piuvezam Filho e de Rosana Machado Piuvezam.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DISTRITO DE ERMELINO MATARAZZO

Maria Beatriz Lima Furlan
OFICIAL
Faz saber que pretendem se casar e apresentam os documentos exigidos por lei

WILSON ROBERTO GOMES CORREA JUNIOR, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 13/01/1996, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Wilson Roberto Gomes Correa e de Tatiana Miranda Andrade.- JULIANA LELLIS BITENCOURT, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 09/03/1999, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de João Taciano Bitencourt e de Alice Lea Figueiredo Gomes Bitencourt.

THOMAS LIRIO ALVES DA SILVA, solteiro, natural de Guarulhos-SP, nascido em 05/11/1989, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de João Alves da Silva e de Deuselina Maria Lirio Silva.- BRUNA LOPES, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 08/05/1987, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Jose Mario Lopes e de Silvana Cassia da Costa.

RODOLPHO LUIZ DENIGRIS MARRONI, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 26/05/1997, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Leonardo Marroni Sobrinho e de Elizabeth Denigris Marroni.- REBECCA KATHYEEN CANDIDO OLIVEIRA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 05/05/2000, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Edgar Lourenço de Oliveira e de Laudineia Aparecida Candido.

FILIPE DE FREITAS MONTEIRO, divorciado, natural de São Paulo-SP, nascido em 17/06/1988, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Amauri Soares Monteiro e de Elzi de Freitas Monteiro.- GABRIELE DOS SANTOS GOMES, solteira, natural de Francisco Morato-SP, nascida em 22/09/1999, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Roberto da Silva Gomes e de Maria Cicera Dos Santos Gomes.

SERGIO DANTAS DO NASCIMENTO, divorciado, natural de São Paulo-SP, nascido em 10/01/1982, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Abraão Dantas do Nascimento e de Damiana Ferreira da Silva Nascimento.- JACQUELINE DA SILVA FARINHA, divorciada, natural de São Paulo-SP, nascida em 21/11/1984, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Antonio Carlos Farinha e de Maria Aparecida Alves da Silva Farinha.

RODRIGO MINGHETTI, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 25/04/1987, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Natalino Minghetti Filho e de Sônia Maria Ayres.- BRUNA CORREIA FORMENTON, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 10/01/1994, residente em Ferraz de Vasconcelos-SP, distrito de Vila Americano. Filha de Ronaldo José Formenton e de Eliete da Silva Correia Formenton.

REINAVAN FERREIRA DE JESUS, solteiro, natural de Senhor do Bonfim-BA, nascido em 05/01/1975, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Antonio Carlos de Jesus e de Eurides Ferreira Dos Santos.- SILVANA GONÇALVES DOS SANTOS, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 31/07/1974, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Jose Valdino Dos Santos e de Maria Das Graças Gonçalves Dos Santos.

BRUNO DE FREITAS GIGLIOLI, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 21/12/1986, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Silvio Giglioli Junior e de Nilza Martins de Freitas Giglioli.- AMANDA DE SIQUEIRA LÚCIO, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 22/02/1993, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Valdir Lúcio e de Adelma Pessoa de Siqueira Lúcio.

BRENDO SILVA SANTOS, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 13/01/1994, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Marcelo Maciel Dos Santos e de Dirce Silva do Carmo Dos Santos.- LETÍCIA FREDIANI ALMEIDA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 21/02/1993, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Douglas Almeida e de Leila Silvia Frediani Almeida.

LUIZ EDUARDO SILVA DE JESUS, solteiro, natural de Ibiquera-BA, nascido em 25/11/1982, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de João Milton Carlos de Jesus e de Edelzuita Souza Silva.- TAIZE MONIKIS DA SILVA, solteira, natural de Tupanatinga-PE, nascida em 24/02/1988, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de José Antonio da Silva e de Vanda Pires da Silva.

FRANCISCO JOSÉ SOARES BEZERRA, divorciado, natural de Fortaleza-CE, nascido em 02/08/1973, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Geraldo Carmelio Bezerra e de Maria da Luz Soares Dos Santos.- ELMA DE JESUS SILVA, solteira, natural de Belém-PA, nascida em 06/08/1977, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Alvaro Bacelar da Silva e de Ivanil de Jesus Silva.

JORLEI TEODORO, divorciado, natural de São Paulo-SP, nascido em 28/10/1962, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Jorge Teodoro Neto e de Maria José Teodoro.- ABIGAIL DOS SANTOS DIAS, solteira, natural de Guarulhos-SP, nascida em 19/01/1967, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Francisco Dos Santos Dias e de Maria Francisca Dos Santos Dias.

PAULO HENRIQUE DA SILVA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 20/05/1975, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Durval Manuel da Silva e de Floriza Francelina da Silva.- LUCIANA DE CAMPOS FIRMINO, divorciada, natural de Presidente Epitácio-SP, nascida em 31/05/1986, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Pedro Firmino e de Lourdes Francisca de Campos Firmino.

MARCOS VINICIUS BEZERRA SILVA, solteiro, natural de Suzano-SP, nascido em 29/01/1998, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Damião Alves da Silva e de Maria Das Neves Bezerra Silva.- EDILAINE FELIX DA SILVA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 09/04/2001, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Edinaldo Neris da Silva e de Luciene Felix Pereira.

LUIZ BARBOSA NETO JUNIOR, divorciado, natural de São Paulo-SP, nascido em 26/08/1979, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Luiz Barbosa Neto e de Diva Maria Feitosa.- VIVIAN DA SILVA ASSANOME, divorciada, natural de São Paulo-SP, nascida em 10/01/1981, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Lhozo Assanome e de Marinete Maria da Silva Assanome.

MOABE MOREIRA DOS SANTOS, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 01/08/1998, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Manoel Moreira Dos Santos e de Elisangela Barreto Dos Santos.- MARIELI LIMA DE SOUZA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 22/12/2000, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Gildazio Dos Santos Souza e de Maria Madalena Gonçalves de Lima.

SAULO DE ALMEIDA MOTA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 07/04/1994, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Balbino Santana Mota e de Maria Helena de Almeida Mota.- DANIELY SAYURI SILVA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 07/05/1993, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Wender Silva e de Marta Sunae Iseri Silva.

CARLOS EDUARDO FERNANDES DA SILVA AVILA, solteiro, natural de Santo André-SP, nascido em 06/07/2000, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Carlos Alberto de Avila e de Tatiane Fernandes da Silva Avila.- EDUARDA HIKARI OLIVEIRA, solteira, natural de Nishio-japão-ET, nascida em 23/01/2002, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Edno Hiroshi de Oliveira e de Cristiane Oliveira.

JEFFERSON MARTINS DOS SANTOS, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 01/02/1984, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Francisco Dos Santos e de Jane Ferreira Martins.- JÉSSICA AVILIS OLIVEIRA BESSA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 23/06/1985, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Manoel Bessa e de Helena Aparecida Oliveira Bessa.

LEONARDO SUPINO MUZATTO, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 23/10/1994, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Edson Alencar Muzatto e de Nadia Regina Supino Muzatto.- ANA CLARA CALIXTO VIEIRA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 23/03/1994, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Maria Calixto Vieira.

IFEANYI JOHNSON ODO, solteiro, natural de Enugu/nigéria-ET, nascido em 09/03/1991, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Okwudili Odo e de Esther Odo.- ELIENE SILVA VIEIRA, solteira, natural de Caldeirão Grande-BA, nascida em 27/09/1975, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Salvador Vieira e de Veriana Oliveira da Silva.

IGOR RODRIGUES BEZERRA, solteiro, natural de Suzano-SP, nascido em 16/11/1993, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Luiz Bezerra de Lima e de Valquiria Rodrigues Bezerra.- GRAZIELLE SOARES DIAS DE SOUSA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 03/05/1999, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Pedro Dias de Sousa e de Maria Soares da Silva.

GABRIEL DA SILVA SOUSA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 12/01/1995, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de José Orlando de Sousa e de Rosemeire Pinto da Silva Sousa.- PRISCILA DAIANY SILVA LOPES PINTO, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 05/12/1996, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Bartolomeu Lopes Pinto e de Analice Silva Lopes Pinto.

EDUARDO SANTOS SALINO, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 25/07/1975, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Sebastião Teodoro Salino e de Maria Dirani Dos Santos.- DEBORA RENATA DO NASCIMENTO, divorciada, natural de Guarulhos-SP, nascida em 26/06/1973, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Nedson Mariano do Nascimento e de Antonia Scandiuzi do Nascimento.

WILLIAM CARDOSO PEREIRA, solteiro, natural de Santo André-SP, nascido em 05/11/1987, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de José Carlos Pereira e de Marli Odete Cardoso Pereira.- ARIANA DA SILVA MELO, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 18/12/1984, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de José Carlos da Silva Melo e de Maria do Socorro Dias de Lima Melo.

THIAGO MONTEIRO DA SILVA, solteiro, natural de Altinho-PE, nascido em 13/05/1988, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Elpídio Monteiro da Silva e de Maria Edileuza de Sobral.- VALÉRIA ALVES DA GAMA, solteira, natural de Cipó-BA, nascida em 05/12/1988, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Pedro Risonaldo Alves da Gama e de Luciene Alves da Silva.

ROBSON ALEIXO LEITE, divorciado, natural de São Paulo-SP, nascido em 12/05/1988, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Antonio Celso Aleixo Leite e de Maria Rodrigues Arcade Leite.- THAIS SOARES COSTA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 13/11/1992, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Jose Carlos Correia Costa e de Cosma Soares Lima.

EDER LUCAS DE OLIVEIRA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 15/09/1990, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de João de Oliveira e de Miriam de Oliveira Tavares.- LUCIANA OLIVEIRA DE ARAUJO, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 21/12/1995, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Sebastião Ivonaldo de Araujo e de Luciene Conceição de Oliveira.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

EDITAIS DE CASAMENTOS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DISTRITO DE ERMELINO MATARAZZO
Maria Beatriz Lima Furlan
OFICIAL
Faz saber que pretendem se casar e apresentam os documentos exigidos por lei

RICHARD RODRIGUES FERREIRA DAS NEVES, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 06/04/1994, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Marcelo Ferreira Das Neves e de Fernanda Rodrigues de Almeida.- THAYNA LARA DA SILVA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 13/06/1997, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Marciano Jose da Silva e de Fatima Isabel Reis da Silva.

MATHEUS DE OLIVEIRA MARTINS, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 17/12/1998, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Fabricio de Oliveira Martins e de Marta Cristina Oliveira Martins.- THALIA DANTAS DOS SANTOS, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 14/02/1998, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Cloves Gonzaga Dos Santos e de Luzimar Dantas Dos Santos.

TIAGO SANTOS OLIVEIRA CONCEIÇÃO, solteiro, natural de Paripiranga-BA, nascido em 13/02/1988, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de José Adilson Ribeiro da Conceição e de Damiana Santos Oliveira da Conceição.- SUÉLEN ADRIANA DA COSTA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 15/07/1989, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Valdir Pereira da Costa e de Adriana Aparecida Candido da Costa.

ABRAÃO MIGUEL SANTOS DE QUEIROZ, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 14/02/1993, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Claudio Jose de Queiroz e de Carmelia Bispo Dos Santos de Queiroz.- JENNIFER GALICIOLI NASCIMENTO, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 27/08/1993, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de João Pereira Nascimento e de Maria Aparecida Galicioli Nascimento.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL 21º SUBDISTRITO DA SAÚDE
Doutora Giovanna Truffi Rinaldi Gruber
Oficial Titular
Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

VITOR ALVES DOS SANTOS, CABELEIREIRO, divorciado, Natural de SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP, Nascido aos 01/08/1995, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: WALDIR ALVES DOS SANTOS e de SILVANA DE LIMA SANTOS.- PRISCILA LIMA ARAUJO, cabeleireiro, solteira, Natural de ATIBAIA, SP, Nascido aos 14/02/1990, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOSÉ FRANCISCO DA SILVA ARAÚJO e de MARIA SILVEIRA LIMA.

VINICIUS ANDRADE DA SILVA, autonomo, solteiro, Natural de SANTO ANDRÉ, SP, Nascido aos 30/08/1996, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MILTON ANDRADE DA SILVA e de LEIDEVANIA ANDRADE DA SILVA.- FERNANDA CARDOSO RAMOS, supervisora administração, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 19/12/1997, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: CRISLAINE CARDOSO RAMOS.

ELIADE GONÇALVES DUARTE, motorista, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 31/08/1991, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: LOURIVAL GERMANO DUARTE e de JOSEFA GONÇAL ES DUARTE.- DAYANE CANDIDO GOVEIA, do lar, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 26/10/1993, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOSÉ DE ARIMATEIA GOVEIA e de MARIA EUNICE DE SOUSA CANDIDO.

ADRIANO BRANDÃO ARAUJO, publicitário, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 24/04/1979, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: NILSON DO PRADO ARAUJO e de MARGARIDA BRANDÃO PEDRO.- DÉBORA GUERRA DE SANTANA,, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 01/06/1992, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ARQUIMEDES GUERRA DE SANTANA e de ELMA DE BRITO SANTOS DE SANTANA.

MARCELO ANIBAL, EMPRESÁRIO, divorciado, Natural de SANTO ANDRÉ, SP, Nascido aos 14/01/1982, Residente em S A N T O A N D R É - ESTADO DE SÃO PAULO Filiação: SIDNEI PICOLI ANIBAL e de GLORIA APARECIDA LOPES ANIBAL.- JACQUELINE PIRES GUGÊ, caixa, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 30/03/1987, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ALEXANDRE GIROLDO GUGÊ e de SOLANJE DE EVANÍ PIRES GUGÊ.

PEDRO DE SOUZA CAVALCANTI, autônomo, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 17/01/1992, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ELCIO SIQUEIRA CAVALCANTI e de SALETE DE SOUZA CAVALCANTI.- CAMILLA MARTINS DA SILVA, psicóloga, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 03/05/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: RICARDO RAMOS DA SILVA e de DENISE MONTALVÃO MARTINS DA SILVA.

IGOR DOS SANTOS SOUSA, ESTAGIÁRIO II, solteiro, Natural de SOROCABA, SP, Nascido aos 04/04/1994, Residente em S O R O C A B A - ESTADO DE SÃO PAULO Filiação: JEFFERSON DE SOUSA e de ZENAIDE DOS SANTOS SOUSA.- ANNA BRUNETTI BESSA, DESIGNER, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 05/07/1991, Residente em 21º Subdistrito da S a ú d e / São Paulo, SP Filiação: RICARDO FARIA BESSA e de BEATRIZ CONCEIÇÃO BRUNETTI.

CLEISON DUARTE FILHO, assistente de logistica, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 16/12/1991, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: EDINALDO BARBOSA FILHO e de MARIA DE FATIMA DUARTE.- ALINE JACINTO MIGUEL, assistente administrativa, solteira, Natural de DIADEMA, SP, Nascido aos 08/02/1995, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: FRANCISCO DE MORAIS MIGUEL e de ZELI JACINTO DE MORAIS.

GIOVANNA APARECIDA MACENA CIPRIANO DA SILVA, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 23/04/1999, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOSÉ CIPRIANO DA SILVA e de MARIONE MACENA DA SILVA.- MAYLA CRISTIANA MASSON, ATENDENTE, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 31/03/1998, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ELAINE REGINA MASSON.

MARCOS LUIZ EUSTÁQUIO, autônomo, solteiro, Natural de PORTO ALEGRE, RS, Nascido aos 23/01/1979, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ANTONIO EUSTÁQUIO e de MARIA DE FÁTIMA LUIZ EUSTÁQUIO.- SONILENE SOUSA CAMELO, enfermeira, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 29/07/1977, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ANTONIO JOVANIR CAMELO e de MARIA LUIZA CAMELO.

MARCO GERYN, MICROEMPREENDEDOR, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 02/04/1961, Residente em São Paulo - SP Filiação: ILCO GERYN e de ANNA KUZMYN.- LENI TRINDADE DE OLIVEIRA, APOSENTADA, divorciada, Natural de MANDACARU - BA, BA, Nascido aos 02/04/1959, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: OTACILIO JOSE TRINDADE e de JESUINA BRAZ TRINDADE.

RICARDO AMBROSIO FAZZANI BINA, DELEGADO DE POLÍCIA, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 18/07/1977, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ANTONIO FAZZANI BINA e de MARILENA AMBROSIO BINA.- GABRIELA PATROCINIA DE ASSIS, ENFERMEIRA, divorciada, Natural de DIADEMA, SP, Nascido aos 14/01/1982, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ELIAS LUIZ DE ASSIS e de SUELI APARECIDA FAVARÃO DE ASSIS.

RENÊ DANTAS DA SILVA, representante comercial, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 21/02/1985, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: GERSON CLEMENTINO DA SILVA e de CREUSA DANTAS.- MAYRA CRISTINA DA SILVA, analista de vendas, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 20/12/1988, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JILSON CAMPOS SILVA e de ANGELA MARIA SANTOS DA SILVA.

CARLOS EDUARDO POIANO, EMPRESÁRIO, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 17/03/1982, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: IVAIR JOSÉ POIANO e de NEUSA BAULÉO POIANO.- LUANA PANASSI ALVES, BANCÁRIA, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 09/03/1988, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: FLORISVALTER DE SOUZA ALVES e de SONIA MARIA PANASSI ALVES.

CAMILA DOS ANJOS PIMENTEL, ATENDENTE, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 30/03/1993, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: WILSON DE LANA PIMENTEL e de LINDINETE DOS ANJOS PIMENTEL.- BRUNA DOS REIS, MANICURE, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 25/03/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: WILSON DOS REIS e de MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA.

REGINALDO DE JESUS SANTOS, PINTOR, divorciado, Natural de SÃO JOSÉ DO BELMONTE, PE, Nascido aos 14/02/1972, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOSE PEREIRA DOS SANTOS e de MARIA TEODORA DOS SANTOS.- ROSINEIDE REIS DO NACIMENTO, MANICURE, solteira, Natural de SERRA PRETA, BA, Nascido aos 11/07/1972, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ROQUE SILVA NASCIMENTO e de MARGARIDA SOUZA REIS.

MARCOS ANTUNES DE FREITAS JUNIOR, TÉCNICO EM MANUTENÇÃO, divorciado, Natural de NATAL, RN, Nascido aos 10/09/1979, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MARCOS ANTUNES DE FREITAS e de MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA DE FREITAS.- NÁRJARA LARYSSA FRANCISCHETO STIVANIN, ENGENHEIRA, solteira, Natural de ITABELA, BA, Nascido aos 26/06/1982, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: OCARACY JOSÉ STIVANIN e de MARIA DO CARMO FRANCISCHETO STIVANIN.

EDUARDO BATISTA CASTELO BRANCO, bancário, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 08/07/1981, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOSÉ ERISSON DE OLIVEIRA CASTELO BRANCO e de ANTONIA ARAÚJO BATISTA CASTELO BRANCO.- NATALÍ GÉA NAVAS, bancária, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 18/09/1986, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: LAÉRCIO GÉA NAVAS e de IRENICE LUCIO DE SOUSA GÉA.

TARLY MILITÃO DE OLIVEIRA, bancário, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 22/09/1981, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MANOEL FRANCISCO DE OLIVEIRA e de MARTA MILITÃO DE OLIVEIRA.- NATÁLIA GODAS OLIVEIRA, advogada, solteira, Natural de SÃO CAETANO DO SUL, SP, Nascido aos 08/01/1986, Residente em São Paulo-SP Filiação: FERNANDO DA SILVA OLIVEIRA e de TEREZINHA RAMOS GODAS OLIVEIRA.

CONVERSÃO DE UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO - JORGE ALBERTO DURYNEK, AUTÔNOMO, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 03/08/1974, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ZYGFRYD JERZY DURYNEK e de CLERI DURYNEK.- DÉBORA MAGALY TEIXEIRA DOS ANJOS, BABÁ, divorciada, Natural de CAFARNAUM, BA, Nascido aos 10/10/1975, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: FRANCISCO JOSÉ DOS ANJOS e de MARIZETE TEIXEIRA DOS ANJOS.

ANDRE FERNANDES RIBEIRO, supervisor, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 02/06/1991, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ORLANDO RIBEIRO JUNIOR e de FATIMA FERNANDES DE OLIVEIRA.- JÉSSICA APARECIDA DE OLIVEIRA, AUTÔNOMA, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 06/02/1993, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA.

ANDERSON HENRIQUE DE LIMA MARIANI, escrevente, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 04/10/1992, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: CLAUDIO RODRIGUES MARIANI e de MARIA APARECIDA DE LIMA MARIANI.- CAROLINE VARGAS D'AMICO, recepcionista, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 21/07/1994, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: RUBENS D'AMICO JUNIOR e de EDNA MARIA VARGAS D'AMICO.

CAMILO ALESSANDRO CAMILLO, analista de sistema, solteiro, Natural de POUSO ALEGRE, MG, Nascido aos 02/05/1983, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ANTONIO CAMILLO e de SUELY BATISTA CAMILLO.- MAYARA ELAINE DA SILVA, analista de sistemas, solteira, Natural de POUSO ALEGRE, MG, Nascido aos 03/03/1988, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JÉSUS RAYMUNDO DA SILVA e de MARILENE FRANCO DA SILVA.

ANDRÉ HIROSHI TANIZAKA, MÉDICO, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 21/06/1986, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ERCILIO TANIZAKA e de HATSUE SHINOHARA TANIZAKA.- NARA YURI YAMADA KUSHIKAWA, MÉDICA, solteira, Natural de RIO DE JANEIRO, RJ, Nascido aos 05/12/1987, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JORGE KUSHIKAWA e de NEUSA YAMADA KUSHIKAWA.

GUILHERME DOS SANTOS NOGUEIRA, administrador, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 28/05/1992, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: LUIS FERNANDO GROKE NOGUEIRA e de MARLUCY GALVÃO DOS SANTOS NOGUEIRA.- TAYNÁ RIBEIRO MARGARIDO, administradora, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 27/02/1988, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: SILVINO MANUEL DA SILVA MARGARIDO e de SUZI RIBEIRO MARGARIDO.

LEONARDO PALUCCI MARZIALE, ADVOGADO, solteiro, Natural de RIBEIRÃO PRETO, SP, Nascido aos 09/11/1987, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: FRANCISCO MARZIALE e de MARIA HELENA PALUCCI MARZIALE.- LUÍZA SOUTO NOGUEIRA, ADVOGADA, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 18/06/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: CELSO FIGUEIREDO NOGUEIRA e de ANA CRISTINA CARNEIRO FERNANDES SOUTO.

OIGRES GOULART PUERRO, bancário, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 06/11/1979, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: SERGIO ANTONIO PUERRO e de MARIA DA PAZ GOULART PUERRO.- DEBORA RAMOS LUIZ, analista financeira, divorciada, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 18/06/1981, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: SEBASTIÃO ALAOR LUIZ e de EVANDRA RAMOS COSTA.

MARCIO FERREIRA MARTON, MÉDICO, solteiro, Natural de BARRETOS, SP, Nascido aos 03/10/1984, Residente em 9º SUBDISTRITO - VILA MARIANA Filiação: WELTER LUCAS MARTON e de ROSA MARIA FERREIRA MARTON.- MARIANA ACCICA ANTONIETTE, NUTRICIONISTA, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 28/02/1986, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MÁRIO PEDROSO ANTONIETTE e de APARECIDA ACCICA ANTONIETTE.

ANTONIO DE OLIVEIRA DOS SANTOS, promotor de vendas, solteiro, Natural de PROPRIÁ, SE, Nascido aos 25/07/1993, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOÃO ANTONIO DOS SANTOS e de MARIA TEREZA DE OLIVEIRA DOS SANTOS.- REBECA SANTOS MARTINS, assistente administrativo, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 19/01/1993, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: ANTONIO LUIZ ALVES MARTINS e de MARIA APARECIDA DOS SANTOS.

CRISTIANO SERROU QUEIROZ BOTELHO, ECONOMISTA, solteiro, Natural de CAMPO GRANDE, MS, Nascido aos 21/11/1986, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: CARLOS COSTA QUEIROZ BOTELHO e de OLIVIA SIMONE SERROU QUEIROZ BOTELHO.- MARCELLA CERVIGNI CRAVEIRO, ECONOMISTA, solteira, Natural de CAMPO GRANDE, MS, Nascido aos 08/04/1989, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MAURICIO DE FREITAS CRAVEIRO e de MARINEIDE CERVIGNE FREITAS CRAVEIRO.

MARCUS VINICIUS DE AGUIAR, autônomo, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 18/06/1976, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: FRANCISMAR FRANCISCO ALVES AGUIAR e de LIDIA ANNA NASS.- SHEILA FERNANDA DOS SANTOS, analista de RH, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 28/03/1981, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: JOÃO BATISTA DOS SANTOS e de MARIA EDIR DOS SANTOS.

BRUNO MARTINS DOS SANTOS, marmorista, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 17/03/1992, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MOISÉS PEDRO DOS SANTOS e de MARIANA MARTINS XAVIER DOS SANTOS.- SARA MARTINS BATISTA, consultora de seguros, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 07/10/1994, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: SANDRO JOSÉ PEREIRA BATISTA e de MARCIA CRISTINA MARTINS.

ANDRÉ MULTINI COSTA BARROS, ENGENHEIRO MECÂNICO, solteiro, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 23/04/1984, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MOACYR COSTA BARROS e de MARIA FATIMA MULTINI COSTA BARROS.- ANGELA CRISTINA TERZANO GIRALDI, ENGENHEIRA CIVIL, solteira, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 15/05/1975, Residente em 31º SUBDISTRITO PIRITUBA Filiação: WALTER ALCIDES GIRALDI e de MAURICIA TERZANO GIRALDI.

DAVID RODRIGUES, programador CNC, divorciado, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 19/07/1979, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: CLAUDIO RODRIGUES e de IRANÍ NASCIMENTO RODRIGUES.- ANA PAULA ALVES RODRIGUES, assistente comercial, divorciada, Natural de SÃO PAULO, SP, Nascido aos 19/09/1982, Residente em 21º Subdistrito da Saúde, São Paulo, SP Filiação: MIGUEL RODRIGUES e de VILANI ALVES BEZERRA RODRIGUES.

Empréstimo a microempresas encolhe apesar da expansão do crédito no País

Proprietário da WM Paulista Soluções em Serviços, Wagner Elias da Silva reduziu o quadro de pessoal quase à metade na pandemia. Dos 400 postos pré-covid, restaram 230. Os cortes foram a alternativa encontrada para resistir à queda de 40% na receita em 2020. Especializada na terceirização de serviços de portaria, limpeza e recepção em condomínios da capital paulista, a WM sofreu com cancelamentos e renegociações de contratos.

Assim como outras empresas de pequeno porte - com receita bruta anual entre R$ 360 mil e R$ 4,8 milhões - a WR recorreu aos bancos. Segundo Silva, foi possível financiar a folha de pagamentos em uma das três instituições com que se relaciona, mas a empresa não conseguiu acessar o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), uma das principais ações do governo para negócios menores. "Não consegui o Pronampe em nenhum dos bancos. O programa surgiu em um dia e no outro acabou", diz o empresário. A WR segue em busca da linha de crédito, renovada pelo governo em 2021.

O relato de Silva é um exemplo das dificuldades das empresas menores de acessar o crédito. Embora representem a maioria dos negócios e dos empregos, as microempresas têm uma fatia de menos de 3% do crédito produtivo disponível. Na outra ponta, as grandes companhias abarcam quase 60%. Entre o fim de 2019 e junho de 2021, enquanto o saldo de crédito para microempresas recuou em cerca de R$ 6,6 bilhões, o montante para as grandes companhias cresceu mais de R$ 144 bilhões. Os dados são do Banco Central e foram compilados pelo Estadão/Broadcast.

Apesar do discurso oficial do governo Bolsonaro, de que as empresas menores receberam atenção especial na pandemia, os números indicam que o crédito seguiu concentrado entre as grandes companhias - aquelas com renda bruta anual superior a R$ 300 milhões ou ativo total superior a R$ 240 milhões. Essas empresas têm mais capacidade de se financiar por outros meios, seja no mercado de capitais local, seja no exterior. Aos microempresários - aqueles com receita bruta anual de até R$ 360 mil -, resta bater à porta do gerente do banco. "Houve a intenção por parte do governo de salvar as empresas, mas o crédito foi muito baixo", diz o empresário Silva. "Ficamos decepcionados."

Na sexta-feira, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que "não é verdade que as pequenas companhias tiveram restrição de crédito, é o contrário". Segundo ele, as empresas pequenas tiveram mais acesso ao crédito do que as médias, e essas, mais do que as grandes.

Petrobras investiu US$ 2,4 bilhões no segundo trimestre deste ano

A Petrobras ampliou em 22% o total investido em 12 meses, informou a empresa em comunicado. No segundo trimestre deste ano, o orçamento ficou em US$ 2,4 bilhões, superior aos US$ 301 milhões recebidos com a venda de ativos. Com esses números, a empresa reverte o quadro de retração do ano passado, período em que a economia foi mais fortemente impactada pela pandemia de covid-19.

"Isso demonstra que a Petrobras está investindo mais que desinvestindo, realocando melhor seus recursos e construindo um portfólio de projetos e ativos de alta qualidade, rentáveis, resilientes e que geram valor", destacou, no comunicado, o diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Rodrigo Araujo.

Segundo a Petrobras, mais da metade dos investimentos realizados no segundo trimestre de 2021 foram aplicados em projetos de expansão, principalmente, para aumentar a capacidade de ativos existentes, implantar novos ativos de produção, escoamento e armazenagem, aumentar eficiência ou rentabilidade do ativo e implantar infraestrutura essencial para viabilizar outros projetos de crescimento. Dos US$ 2,4 bilhões investidos, o segmento de Exploração e Produção ficou com US$ 1,9 bilhão, dos quais aproximadamente 60% foram gastos em projetos de expansão. Esses investimentos concentraram-se no desenvolvimento da produção em águas ultraprofundas do polo pré-sal da Bacia de Santos (US$ 900 milhões) e no desenvolvimento de novos projetos em águas profundas. Além do FPSO Carioca que inicia a produção no Campo de Sépia em agosto, a Petrobras ainda prevê a entrada em operação de mais 12 FPSOs até 2025. O FPSO do Projeto Integrado do Parque das Baleias, em fase de contratação, e outras 11 novas plataformas que já estão em fase de execução.

BNDES: rede de investidores atrairá interessados em privatizações

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou, segunda-feira (16), o lançamento da Rede de Investidores. A ferramenta inovadora vai conectar usuários com interesse comum por projetos de infraestrutura e privatizações.

Segundo o diretor de Concessões e Privatizações do BNDES, Fabio Abrahão, o banco busca atrair investimentos expressivos em projetos de infraestrutura e privatizações, o que é fundamental para o desenvolvimento do país nas próximas décadas. Abrahão disse que a rede representa um avanço por possibilitar a "conexão direta entre potenciais investidores".

A rede faz parte da plataforma BNDES Hub de Projetos, que desde o ano passado oferece ao mercado informações e oportunidades de investimentos em projetos estruturados pelo banco, viabilizando o contato sigiloso, sem custos ou intermediários, entre potenciais investidores locais e internacionais e demais interessados na carteira da instituição. São contemplados projetos de infraestrutura econômica e socioambiental, incluindo educação, florestas, saúde, saneamento, portos, iluminação pública e rodovias, entre outras áreas. É possível também conectar participantes que queiram se envolver no mesmo empreendimento ou setor, informou o BNDES, por meio de sua assessoria de imprensa. Atrair novos investidores para o país é a meta da nova ferramenta, que deverá funcionar também como um canal de contatos entre advogados, consultores, engenheiros e governos, entre outros interessados. O Hub de Projetos fornece aos usuários informações atualizadas sobre a carteira de projetos e acesso a relatórios mensais produzidos pela equipe de Relacionamento com Investidores do BNDES. O banco detém a carteira de projetos em concessão de infraestrutura, parcerias público privadas (PPPs) e privatizações no Brasil, englobando 120 projetos e cerca de R$ 260 bilhões em oportunidades de investimento. Para ter acesso a todas as informações, os interessados precisam se cadastrar no site do Hub de Projetos do BNDES.

CPI da Covid cancela acareação entre Onyx e Luis Miranda marcada para quarta

A acareação entre o ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni, e o deputado Luis Miranda (DEM-DF) foi cancelada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. A audiência estava marcada para esta quarta-feira, dia 18. A acareação foi marcada para abordar a controvérsia envolvendo a compra da vacina indiana Covaxin, cuja análise de irregularidades colocam as versões de Onyx e Luis Miranda em confronto.

A CPI dizia ter outras informações acessadas por sigilo para abordar na acareação, mas não avançou. "Do ponto de vista da investigação, ia ser pouco produtivo", afirmou o vice-presidente da comissão, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ao justificar o cancelamento da audiência.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676